

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

LUCIANA NOBRE NUNES

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POLÍTICAS E ADAPTAÇÕES CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE
JAGUARÃO/RS**

**Jaguarão
2025**

LUCIANA NOBRE NUNES

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POLÍTICAS E ADAPTAÇÕES CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE
JAGUARÃO/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Jaguarão

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

N972 Nunes, Luciana Nobre
A inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil:
Políticas e adaptações curriculares no município de Jaguarão/
RS / Luciana Nobre Nunes.
108 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2025.
"Orientação: Jefferson Marçal da Rocha".

1. Autismo. 2. Adaptação curricular. 3. Educação Infantil.
4. Transtorno do Espectro Autista. I. Título.

LUCIANA NOBRE NUNES

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POLÍTICAS E ADAPTAÇÕES CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE
JAGUARÃO/RS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação Stricto Sensu em e Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Linha de pesquisa 2.

Projeto de Pesquisa defendido e aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Orientador

UFRGS/FACED/UNIPAMPA/PPGEDU

Prof^a. Dr^a. Flávia Burdzinki de Souza

UFFS/PPGEDU- Campus Erechim /RS

Prof^a. Dr^a. Silvana Maria Gritti

UNIPAMPA/PPGEDU



Assinado eletronicamente por **JEFFERSON MARCAL DA ROCHA, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 03/10/2025, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Flávia Burdzinski de Souza, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 20/10/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1856940** e o código CRC **ABC76254**.

Dedico este trabalho a Deus, a minha família e também a todas as professoras que lutam diariamente por uma educação inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus, pela vida e pelo privilégio de poder estudar e lutar por dias melhores, mostrando-me sempre o melhor caminho.

Agradeço a todas as pessoas que conheci durante essa caminhada, aos novos amigos que fiz no mestrado e quero levar no coração para a vida, a turma LP2 que unimos as mãos e juntos estamos construindo esse sonho, que apesar das dificuldades ninguém larga a mão de ninguém.

Um agradecimento especial aos meus pais, minha mãe Vera Lucia Brandão Nobre (*In memoriam*) meu pai Waldemir Pereira Nobre, a minha segunda mãe Loiva Regina Ossanes Antunes, ao meu esposo Fabricio Rodrigues Nunes e a minha filha Camila Nobre Nunes, por todo o apoio, ajuda, incentivo e força que me deram durante esse desafio.

Minha mãe, que era doméstica e meu pai motorista, sempre acreditaram em mim e insistiam para que eu estudasse. Sempre me lembro de suas palavras: “Meu maior sonho é ver pelo menos um de meus filhos formado em universidade”, graças a Deus, hoje, sou formada em Letras- Português pela Unipampa e Pedagogia pela Rede Grau 3, realizando mais um sonho e objetivo de ser mestre em educação e poder contribuir com a educação da minha cidade e quem sabe do País.

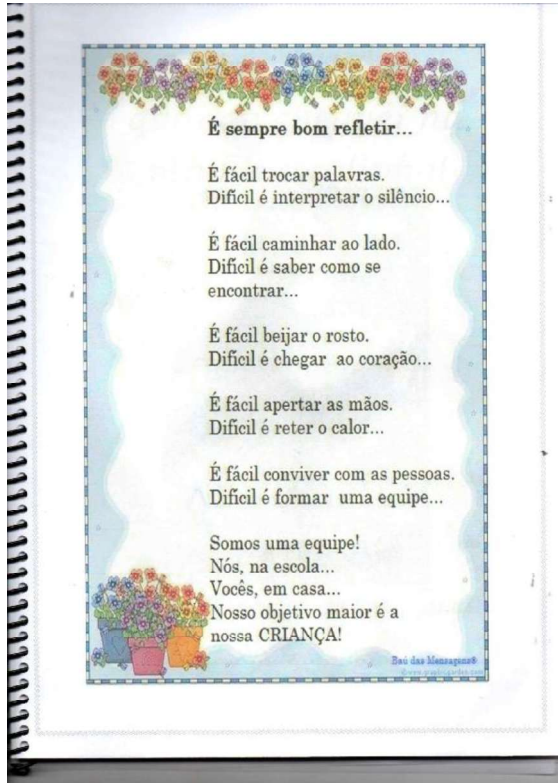
Um agradecimento especial a Prof^ª. Dr^ª. Denise Aparecida Moser, minha orientadora de TCC, amiga, incentivadora, que sempre acreditou em mim, e durante toda a minha trajetória acadêmica sempre esteve ao meu lado.

Nestes dias de muito estudo e pesquisas só tenho a agradecer meu orientador Prof^º. Dr^º. Jefferson Marçal da Rocha por todo o apoio ajuda e por não ter desistido deste projeto de pesquisa que agora se torna uma dissertação, mesmo não sendo de sua área de pesquisa e atuação.

Enfim, GRATIDÃO é a palavra que define esse momento, tão especial, gratidão a Deus, a vida, a família, aos amigos e aos aprendizados conquistados nessa caminhada.

Como essa dissertação se trata da Educação Infantil, deixarei uma mensagem que recebi quando minha filha entrou na Educação Infantil com 1 ano e 1 mês e uma imagem de como eram seus pezinhos e mãozinhas, apenas para

lembrarmos que já fomos e seremos sempre eternas crianças, e que a Educação Infantil compõe a primeira etapa da Educação Básica, nela sendo o primeiro contato da criança com esse mundo novo 'a escola', um mundo de aprendizagens e descobertas, mas também de rompimento com o laço familiar.



Enfim, o autismo é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana. Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo – aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas”. (Bosa, 2002b, p. 13).

RESUMO

Essa dissertação é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, que teve como problemática analisar de que maneira os documentos curriculares abordam a temática da Inclusão de crianças com autismo na Educação infantil do município de Jaguarão/RS. Tendo por objetivo geral analisar de que maneira os documentos curriculares abordam essa temática. Por se tratar de mestrado profissional a pesquisa foi realizada na área de atuação e interesse da pesquisadora, ou seja, políticas inclusivas no município em que atua. Como discussão teórica foram abordadas o Transtorno do espectro Autista, as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e reflexões sobre a adaptação curricular. O estudo utilizou a metodologia da pesquisa-ação-intervencionista. Para produzir dados foi feito um levantamento das leis inclusivas no site da Prefeitura Municipal de Jaguarão, bem como consulta a Secretaria Municipal de Educação e Desporto. O referencial teórico foi embasado em teóricos do tema. A intervenção se deu através de um curso ofertado as professoras da rede municipal, ministrado de forma online pelo *meet* e com atividades dentre elas a caderneta de metacognição através do *Google Classroom*. A avaliação qualitativa considerou o registro feito pelos participantes nos fóruns e a análise síntese de um pesquisador observador. Para a análise dos dados foi utilizada análise de conteúdo de Bardin (2016). Os resultados demonstram que há necessidade da criação de um Plano Municipal de Educação Especial, sendo feito um esboço nos anexos do trabalho.

Palavras-Chave: Autismo; Adaptação Curricular; Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research conducted in the Graduate Program in Education, Professional Master's in Education, at the Federal University of Pampa. The research focused on analyzing how curricular documents address the topic of inclusion of children with autism in early childhood education in the municipality of Jaguarão, Rio Grande do Sul. The overall objective was to analyze how curricular documents address this topic. Because this is a professional master's degree, the research was conducted in the researcher's area of expertise and interest—inclusive policies in the municipality where she works. The theoretical discussion addressed Autism Spectrum Disorder, national curricular guidelines for basic education, and reflections on curricular adaptation. The study used the action-interventionist research methodology. Data were generated by surveying inclusive laws on the Jaguarão City Hall website and consulting the Municipal Department of Education and Sports. The theoretical framework was based on theorists on the topic. The intervention was conducted through a course offered to municipal school teachers, delivered online via Meet, with activities including a metacognition notebook through Google Classroom. The qualitative assessment considered participants' forum records and a summary analysis by an observing researcher. Bardin's (2016) content analysis was used for data analysis. The results demonstrate the need for a Municipal Special Education Plan, a draft of which is provided in the appendices.

Keywords: Autism; Curricular Adaptation; Early Childhood Education; Autism Spectrum Disorder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Localização do Município no mapa	23
Figura 2:	Foto aérea do município	23
Figura 3:	Foto aérea da Ponte Internacional Barão de Mauá	24
Figura 4:	A educação Especial no Sistema Educacional	34
Figura 5:	Linha do tempo: TEA	37
Figura 6:	Esferas da educação Inclusiva	60
Figura 7:	Como tornar as pessoas inclusivas?	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Síntese das leis inclusivas	31
Quadro 2:	Níveis de suporte do autismo	39
Quadro 3:	Políticas inclusivas do município de Jaguarão (Junho/2015- maio/2023)	45
Quadro 4:	Metas do PNE para formação de Professoras	47
Quadro 5:	Levantamento de dados	56
Quadro 6:	Cronograma das atividades do curso “A mudança começa pela inclusão”.	58
Quadro 7:	Respostas do formulário de Inscrição	75
Quadro 8:	Síntese da caderneta de Metacognição	81

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Análise Aplicada do Comportamento
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARS	Childhood Autism Rating Scale
CBE	Capiatais Brasileiros no exterior
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CF	Constituição Federal
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças
CNE	Comissão Nacional Eleitoral
DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Básica
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DIR/Floortime	Comprehensive Framework for Undertanding
Dr ^a	Doutora
DSM	Manual de Diagnóstico e Estatísticas dos Transtornos Mentais
EaD	Educação a distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
Faders	Federação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de informação em ciência e tecnologia
IFSUL	Instituto Federal Sul- Rio- Grandense
KM	Kilometro
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LP2	Linha de Pesquisa 2
M ^a	Mestre
M-chat	Modified Checklist for Autism in toddlers
MEC	Ministério da Educação da Educação
N ^o	Número
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
PECS	Picture Exchange Communication System
PEI	Plano Educacional Individualizado
PIBID	Programa de iniciação à docência
PNE	Plano Nacional da Educação
Prof ^a	Professora
RS	Rio Grande Do Sul
SAS	Secretária de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEACHH	Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits

TID
Unipampa

relacionados à Comunicação
Transtornos Invasivos do Desenvolvimento
Universidade Federal do Pampa

Sumário

1. INTRODUÇÃO	16
2. DOS MOTIVOS E FUNDAMENTOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	19
2.1 A história da pesquisadora.....	19
2.2 Contextualização da Pesquisa	23
3. REFERENCIAL TEÓRICO - CONCEITUAL	26
3.1 As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e a Inclusão: reflexões e legislação.....	26
3.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA): Contextualização, legislação e Formação de Professoras.....	35
3.3 Reflexões acerca do Planejamento curricular adaptado	51
3.3 .1. O Currículo Adaptado e o Papel da Escola.....	53
4. FUNDAMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E METODOLÓGICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	55
4.1 METODOLOGIA	55
4.2 RESULTADOS DAS DISCUSSÕES	58
1º Encontro: Políticas Públicas na Educação.....	61
2º Encontro: TEA	61
3º Encontro: Educação Infantil	62
4º Encontro: Oficina sobre Atendimento Educacional Especializado e Currículo Adaptado	64
5º Atividade Final: Fórum.....	64
5. Considerações finais: carta aberta às professoras	67
REFERÊNCIAS	71
Anexos.....	75

1. INTRODUÇÃO

A maioria das pessoas (e, de fato, dos médicos), se questionada sobre o Autismo, faz uma imagem de uma criança profundamente incapacitada, com movimentos estereotipados, talvez batendo com a cabeça, com uma linguagem rudimentar, quase inacessível: uma criatura a quem o futuro não reserva muita coisa (Sacks, 1995, p. 255).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios significativos para professoras e profissionais da educação, pois ainda há aspectos relevantes a serem superados. Entre os principais, destacam-se a limitação na comunicação e na interação social, a necessidade de adaptação curricular e metodológica, a escassez de recursos e de apoio especializado, a gestão de comportamentos desafiadores, a efetivação da inclusão social e a prevenção do bullying, entre outros. Nesse contexto, torna-se essencial o investimento em formação continuada, a elaboração de recursos de comunicação alternativa, o fortalecimento do apoio multiprofissional às famílias e às escolas, bem como a adaptação de materiais didáticos, entre outras ações.

Nas últimas décadas, especialmente nos anos 2000, tem se ampliado as Políticas Públicas Educacionais Inclusivas, tanto no âmbito Federal, Estadual quanto Municipal conforme mostraremos em um quadro que sintetiza as leis inclusivas localizado no subitem deste trabalho denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No município de Jaguarão/RS onde é contextualizada esta dissertação, existem algumas leis de caráter inclusivo são elas: Lei nº 6.608/ 2018 que dispõe sobre a colocação do símbolo de conscientização do autismo nas placas de atendimento prioritário; Lei nº 6.849/2020 que institui a carteira de identificação do TEA; Lei nº 6.935/2021 criando a Semana Municipal do TEA; Decreto nº 55 de 2022 cria o Centro Especializado de Atendimento ao Autista e por último a Lei nº 7.030/2022 que dispõe a reserva de vagas de estacionamento para TEA, contudo até a conclusão desta pesquisa não foi encontrada nenhuma lei voltada para a inclusão na sala de referência.

Para permear a discussão dessa dissertação trago como questão norteadora: De que maneira os documentos Curriculares abordam a temática da inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil no município de Jaguarão?

Tendo como objetivo principal analisar de que maneira os documentos curriculares Nacionais abordam a temática da inclusão para Educação Infantil.

Já os objetivos específicos são: Compreender Educação Infantil como processo educativo de direito fundamental da criança; Conceituar a Educação Infantil como um direito fundamental da criança; Compreender as características do Transtorno do Espectro Autista e os desafios da inclusão no ambiente da Educação Infantil; Analisar como o tema da inclusão é contemplado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Conhecer as legislações e as ações de inclusão desenvolvidas na rede pública de Jaguarão/RS.

Esta dissertação se justifica diante do expressivo aumento no número de casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), em 2020, uma em cada 36 crianças foram diagnosticadas com TEA. No Brasil, dados da Faders – instituição vinculada à Secretaria de Assistência Social (SAS) e responsável pela gestão da política pública voltada às pessoas com deficiência e com altas habilidades – apontam a existência de 9.503 autistas no Rio Grande do Sul, sendo 8.523 com menos de 18 anos. No município de Jaguarão/RS, há atualmente 96 estudantes com deficiência (PCDs) matriculados na rede regular de ensino, todos atendidos por salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Destes, 80 são autistas, mas apenas 13 estão cadastrados no sistema estadual e utilizam a carteira de identificação do RS. Destaco que na Educação Infantil, de acordo com o censo 2023 de matrículas, não há nenhum aluno matriculado em sala de AEE, nem autista, sabe-se porém que esse dado omite a realidade.

O principal interesse que motivou a elaboração do projeto de pesquisa e posterior essa dissertação foi a partir da minha ¹pesquisa de Trabalho de Conclusão (TCC) realizada no curso de Letras/ Português, no ano de 2022, defendida sob orientação da Prof^a. Dr^a Denise Aparecida Moser; neste trabalho tratei sobre o autismo e, também no primeiro semestre de 2024 ter acompanhado uma criança com autismo nível de suporte 2 na escola privada em que trabalhava. A partir daí surgiu à reflexão de como os profissionais que atuam na Educação precisam estar

¹ A partir de agora o texto será redigido na categoria feminina, pois no grupo havia apenas uma pessoa masculina, deve considera também que os profissionais que atuam na Educação Infantil são predominantemente mulheres, refletindo assim, uma demanda feminista.

preparados para recepcionar esses estudantes, tendo como base as políticas educacionais.²

Após esta introdução, darei início à construção dessa dissertação. Começo pelo capítulo que fala dos motivos e fundamentos do projeto de intervenção, nele começo contando uma breve história de minha vida, para que possam me conhecer um pouco. Na sequência apresento o município de Jaguarão onde está contextualizada essa pesquisa.

O terceiro capítulo trago o referencial teórico- conceitual, distribuído entre as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e a inclusão: reflexões e legislação. Seguindo o contexto conceitual trago o subcapítulo Transtorno do Espectro Autista (TEA): contextualização, legislação e formação de professoras. Fecho esse capítulo com as reflexões acerca do planejamento curricular adaptado.

O quarto capítulo a discussão fica a cargo da fundamentação diagnóstica e metodológica do projeto de intervenção, começando pela Metodologia, em seguida o resultado das discussões, encerrando com as considerações finais: carta aberta às professoras.

² Nível de suporte 2 - “é caracterizado pelo fato de que os portadores desse tipo de autismo apresentam um nível pouco mais grave de deficiência nas relações sociais possuindo alguns sinais característicos como dificuldade interação e na comunicação verbal e não verbal. Mesmo com a presença de apoio tendem a apresentar limitações em interações sociais, apresentam dificuldades para modificar o foco de suas ações. Nesses casos é necessário um pouco mais de ajuda” (Souza, 2019).

2. DOS MOTIVOS E FUNDAMENTOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

2.1 A história da pesquisadora

Nasci no dia 2 de setembro de 1992, segunda filha de um humilde casal, meu pai Waldemir Pereira Nobre motorista da Prefeitura Municipal de Jaguarão, minha mãe Vera Lúcia Brandão Nobre (*in memoriam*), empregada doméstica e costureira nas horas vagas. Tive uma infância humilde sem grandes luxos, mas com muito amor, a brincadeira que mais adorava era dar aulas para minhas bonecas, nascia ali o sonho de ser professora.

Minha mãe sempre fez questão que eu e meu irmão estudássemos, confesso que fui uma adolescente subversiva, aos 15 anos me casei e parei de estudar para trabalhar como caixa operadora de supermercado, minha mãe demonstrava no olhar a decepção, mas nunca falou. Aos 17 anos me separei e retornei à casa de meus pais e recobrei o juízo também, como precisava trabalhar resolvi terminar o ensino médio na modalidade EJA a distância pelo Instituto Dimensão, no mesmo ano prestei o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), como sempre fui esforçada consegui aprovar no Enem, mas não o suficiente para ingressar com a nota de corte no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Na época foi feita a chamada presencial no campus Jaguarão, pedi para que meu irmão me buscasse no emprego, para que não me atrasasse para a chamada presencial realizada no campus Jaguarão, fiz segredo para meus pais.

Para minha alegria fui chamada para o curso de Pedagogia junto com minha amiga de infância, ao retornarmos para casa, contei a minha mãe e meu pai que havia conseguido ingressar em uma universidade federal, a alegria de minha mãe foi contagiante, porém, para cursar precisaria sair do emprego, pois teria disciplinas no sábado, e como era a única caixa operadora de uma loja de autopeças, não era possível conciliar, optei por estudar.

O campus de Jaguarão fica no outro lado da cidade, e o jeito de ir era a pé levando em torno de 1 hora de caminhada pelas ruas escuras da cidade, chegando em casa perto da meia noite, minha mãe ficava preocupada, mas já não tinha mais

saúde para trabalhar e me ajudar e meu pai não tinha condições, mas isso não foi um obstáculo para continuar cursando Pedagogia.

Minha mãe com muito esforço voltou a costurar suas bombachas para me ajudar e conseguiu me dar uma impressora, o notebook já havia comprado com a rescisão salarial, pois comprar todas as cópias era muito caro, então, pegava os textos emprestados com as colegas para escanear em casa. Meu pai conseguiu se organizar financeiramente e me ajudar com as passagens de ônibus circular para que não precisasse ir e vir a pé.

Os estudos iam fluindo, com esforço consegui ingressar no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) em Educação Ambiental sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Jane Schumacher, uma grande experiência, fizemos muitas viagens com o grupo, mas o júízo nunca foi meu forte.

Em 2012 conheci meu atual esposo com quem me casei com apenas 3 meses de namoro, resultado ele era muito ciumento e não gostava que eu estudasse e trabalhasse, mas como sou teimosa insisti, mas fui largando os estudos aos poucos. Em seguida veio à doença de meu pai que precisou passar por uma cirurgia no coração, e não bastando isso, minha mãe foi diagnosticada com tumor no pâncreas, o que em 2015 resultou em sua partida para o plano espiritual, fiquei desorientada, tinha apenas 22 anos e minha mãe era minha base.

Alguns meses depois, descobri a gravidez de risco de minha filha, e logo após seu nascimento meu pai teve uma depressão muito grave, tentando suicídio diversas vezes, graças a Deus nunca conseguiu concluir, a vontade de ser professora ainda persistia, porém com 4 (quatro) meses de vida minha filha começou a apresentar problemas de saúde, passando por muitas internações, o que inviabilizava o retorno a um curso presencial, até porque meu esposo trabalhava no meio rural e não chegava a tempo para cuidar dela.

Em 2018 mesmo com as dificuldades criei coragem, e para minha surpresa descobri um curso de graduação em Letras institucional pela Unipampa em formato de Educação a distância (EaD), não pensei duas vezes, me matriculei e voltei a estudar, desde disso meus dias ficaram mais corridos, mas mais alegres com um sentido, um propósito pois sempre acreditei que me tornando professora poderia modificar a vida de alguém.

Tive a honra de fazer parte do programa novo mais educação e depois trabalhar durante 1 (um) ano como regente na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), nessa nova caminhada, meu pai se tornou um grande incentivador, inclusive cuidando da minha filha para que eu pudesse estudar e trabalhar, e meu esposo também compreendeu a necessidade de eu ter uma formação e uma profissão, se tornando assim um grande incentivador.

Durante minha experiência na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), percebi a importância de estudos sobre o autismo e sobre tudo surgiu em mim uma curiosidade e paixão pelo assunto, então, como ainda estava em formação acadêmica fiz várias leituras sobre o assunto e algumas capacitações.

Logo após, chegou a hora de fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e claro não poderia deixar de contemplar o tema pelo qual me desperta interesse, então o título do meu TCC foi “Cascão em quadrinista: leitura, oralidade e produção textual de um aluno autista”. Foi uma pesquisa de intervenção realizada com um aluno autista do 6º ano de uma escola do município de Jaguarão, em que foram realizados alguns testes com esse aluno e foi descoberta a grande paixão de histórias em quadrinhos da turma da Mônica, então os testes finais, contemplaram o seu tema de interesse utilizando os conteúdos do ano letivo sobre leitura, oralidade e produção textual, infelizmente por problemas de intervenção da família nos momentos de realização dos testes, o estudo ficou incompleto, a minha orientadora foi a Profª Drª Denise Aparecida Moser, participaram da banca de qualificação o Profº Drº Lúcio Jorge Hammes e a Profª Mª Virginia Barbosa Luceno Caetano, a defesa foi realizada e aprovada no dia 17 de março de 2022 de forma remota.

Em 2022, a realização de um sonho, oficialmente graduada, e a vida me reservou mais uma surpresa, meu pai e minha madrasta organizaram uma festa de formatura surpresa, o que foi muito emocionante, pois como recém estávamos retornando da pandemia à universidade estava realizando apenas formatura no formato online, e como nossa família nunca foi festiva, não esperava por uma festa, muito menos linda como foi.

No mesmo ano comecei a trabalhar em uma escola de Educação Infantil, no ano seguinte, iniciei o curso de Pedagogia novamente, como consegui aproveitar

muitas disciplinas, optei por fazer uma universidade particular Rede Grau 3, até mesmo para conseguir cuidar da saúde de minha filha.

Nesse período realizei uma pós-graduação em Docência em Letras e Práticas Pedagógicas, pela Faculdade Iguazu com o TCC também na área do autismo com o título: “O Autismo em relação ao ensino de Língua Portuguesa”, mas como gosto de estudar resolvi então, cursar uma disciplina na condição de aluno especial do mestrado em Educação ofertado pela Unipampa, a disciplina foi regida pela Prof^a. Dr^a. Juliana Brandão Machado, disciplina esta que tratava do tema formação de professores, ocasionando uma enorme vontade de ingressar no programa essa foi uma experiência muito boa, tomei então a decisão de me escrever para fazer parte da seleção de mestrado, eu já havia tentado a seleção para o mestrado no ano anterior, mas não tive aprovação.

Marcaram a data da prova dia 1 de julho de 2023, porém minha filha seria submetida a uma cirurgia no dia 3 de julho de 2023, por insistência do meu esposo, fui fazer a prova, mas sem perspectivas.

Para minha surpresa aprovada com média boa, mas ainda tinha alguns processos a serem seguidos, e confesso que ainda não acreditava que iria conseguir, após a prova de títulos foi marcada a prova oral, em um dia que tinha passado um ciclone pela cidade, sem com deixar minha filha, tive que deixá-la dormindo sozinha e com o coração na mão ir até a Unipampa, prova realizada, fui aprovada em 4º lugar para o mestrado profissional em Educação.

Nesse período conclui duas pós-graduações que considero importante a Psicopedagogia clínica e institucional e Atendimento Educacional Especializado e Psicomotricidade, com essas formações consegui construir meu próprio espaço psicopedagógico, local em que trabalho no momento.

Esses últimos dois anos foram árduos, muitos desafios e de grandes aprendizados, mas com uma imensa alegria de agora concluir mais essa etapa profissional. Com brilho no olhar e coração palpitante convido você amigo leitor para me acompanhar nessa jornada chamada dissertação.

2.2 Contextualização da Pesquisa

Jaguarão é uma cidade fronteiriça, localizada na parte mais meridional ao sul do Rio Grande do Sul, estando situado ao extremo sul do Brasil. As margens do rio Jaguarão, que tem aproximadamente 208 km de curso, com 32 km destes navegáveis. A divisa com o município de Rio Branco, no Uruguai, é transposta por meio da Ponte Internacional Barão de Mauá. Veremos na figura 1 sua localização no mapa do Rio Grande do Sul.

Figura 01 - Localização do município no mapa



Fonte: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/localizacao-da-cidade/>

Já a Figura 2 - nos mostra uma foto aérea do município, demonstrando sua parte urbana, e o rio Jaguarão, o qual dá nome à cidade.

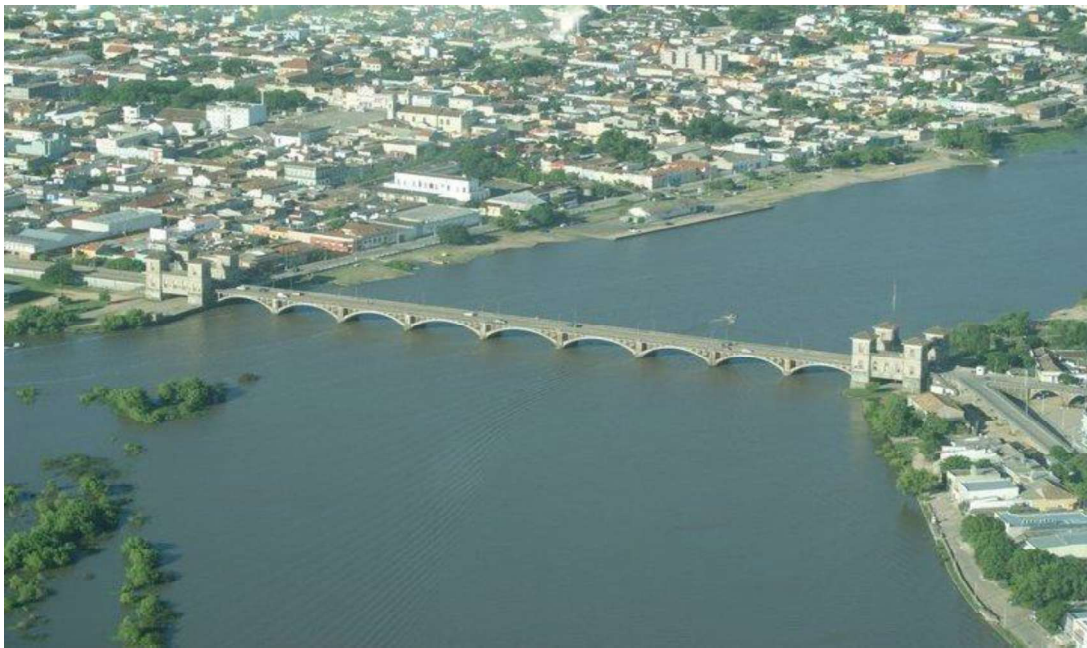
Figura 02 - Foto aérea do Município



Fonte: www.jaguarao.rs.gov.br

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Jaguarão (2023), a denominação de Jaguarão se deu em função do rio homônimo, que cruza a zona fronteira, onde foi erguido o município. O rio Jaguarão nasce próximo à cidade gaúcha de Bagé e deságua em território uruguaio, na Lagoa Mirim.

Figura 03- Foto aérea da Ponte Internacional Barão de Mauá, sobre o Rio Jaguarão



Fonte: <http://jaguaraors.weebly.com/fotos.html>

A Ponte na figura 3 é a ponte Internacional Barão de Mauá, um dos principais pontos turísticos do município, e o principal acesso a cidade de Rio Branco no Uruguai, ao qual faz divisa com Jaguarão³.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente o município tem uma população de 26.603 pessoas, distribuídas entre zona urbana e rural. O quadro educacional do município conta com uma rede composta por sete escolas de ensino fundamental anos iniciais e anos finais, localizadas na zona

³ Ainda de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Jaguarão³ (2023) diferentes explicações são atribuídas à origem do termo, que está registrado em documentos de natureza diversa, desde os primeiros anos da ocupação luso-espanhola nestas paragens. Uma possível gênese indica o aumentativo português de uma palavra derivada da língua tupi, que significa onça, em alusão ao animal felídeo que era encontrado, com exceção da região andina, em todo o continente americano, desde o sudeste dos Estados Unidos da América.

urbana, cinco escolas de ensino fundamental que atendem até 5º ano, no campo da cidade, uma escola de educação básica do campo, uma escola de educação especial e sete escolas municipais de educação infantil, uma escola de ensino médio /técnico, seis escolas de educação infantil privada, uma escola de ensino fundamental e médio privada, três escolas estaduais de ensino médio, uma escola estadual de ensino fundamental, uma universidade federal, dois polos de universidades privadas, e, um polo IFSUL.

Segundo o censo escolar de 2023, o município conta com 2.484 estudantes matriculados, atualmente o município conta também com um centro de autismo, que atende junto a SMED.

As sete escolas municipais de Educação Infantil atendem 722 crianças, entre creche e pré-escola integral ou parcial, com um total de 67 professoras e 55 funcionários (contemplando monitores de educação especial), e conta com 441 estudantes.

Inicialmente, previa-se que as professoras e os monitores de Educação Especial da EMEI Eloisa Timm constituíssem o grupo de sujeitos participantes desta pesquisa. Contudo, no momento de início da intervenção, não houve adesão por parte dos profissionais da referida instituição. Diante disso, a intervenção contou com a participação de oito colaboradores provenientes de diferentes municípios — Jaguarão, Herval, Bagé e Canguçu — que se dispuseram a integrar o estudo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO - CONCEITUAL

3.1 As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e a Inclusão: reflexões e legislação.

Considero importante começarmos por entender o que a legislação firma sobre a Educação Infantil. Na Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu art. 29º diz que

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Brasil, 1996).

Assim a Educação Infantil é o primeiro contato da criança com a escola e portando visa complementar as ações da família e da comunidade, buscando o pleno desenvolvimento da criança. (Brasil, 1996).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Infantil (DCNEI) a definição de criança é

Um sujeito histórico que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009, p. 12).

Para continuarmos essa discussão precisamos compreender os avanços da Educação Infantil, a fim de compreendermos a sua importância, segundo Souza (2023)

A discussão sobre os processos de escolarização e a garantia à educação das crianças menores de sete anos no Brasil surgiu muito antes da promulgação da CF de 1988. Todavia, foi somente a partir dela que esse tema passou a ser debatido em caráter democrático (Souza, 2023, p. 28).

Com base nisso que a autora afirma farei então, um recorte da Legislação iniciando pela Constituição Federal (CF) de 1988.

Além da garantia da Educação Infantil como um direito das crianças a CF de 1988 em seu art. 7º traz como um direito social dos trabalhadores, tanto da zona rural quanto urbana “[...] assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”, no contexto de formulação desta, lei, a Educação Infantil tinha um cunho assistencialista e também uma fragmentação sobre a educação das crianças em espaços coletivos como nos diz o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil “[...] compreendendo o cuidar como atividades ligada ao corpo e destinada às crianças pobres, e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados”. (Brasil, 2009, p.1)

Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, reforçando a constituição e garantindo a proteção integral da criança e do adolescente, visando seu acesso e permanência na escola.

Também se tornou referência

Para os movimentos sociais de ‘luta por creche’ e orientou a transição do entendimento da creche e pré-escolas com um favor aos socialmente menos favorecidos para a compreensão desses espaços como um direito de todas as crianças à educação, independentemente de seu grupo social” (2009, p. 1),

Perdendo assim seu cunho assistencialista. Em 1996, a Lei nº 9.394 intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inclui a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, no seu Art. 30 salienta que a Educação Infantil será oferecida em: **I** - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; **II** - Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Em 1998 foram produzidos e divulgados os três volumes do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que segundo Souza (2023) é um material que visava à orientação e organização curricular, porém um modelo muito aproximado da proposta do Ensino Fundamental (EF).

Em 1999, foi instituído pelo Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica, a primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Infantil, visando orientar os sistemas de educação sobre a organização, o desenvolvimento, a articulação e a avaliação das propostas pedagógicas a serem implementadas na Educação infantil (Brasil, 1999).

Em 2001, foi instituída a Lei nº 10.172- Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecendo o que o país pretende alcançar em termos de educação, como erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade da educação. O plano indica como esses objetivos e metas que serão alcançados, com ações e políticas específicas para cada área da educação. O PNE é um guia para a educação em todos os níveis, desde a educação infantil até a superior, incluindo a educação profissional e a formação de professores. Nele a Educação infantil foi reforçada como etapa crucial, que inicia a educação da pessoa e constrói as bases da sua personalidade.

Em 2009, houve uma revisão no texto das DCNEI, em que segundo Souza (2023).

[...] as DCNEI constituem um documento de caráter mandatório, que normatiza a organização da oferta e do currículo, bem como a formulação de políticas públicas para a etapa, sem deixar de considerar os preceitos que já foram afirmados em políticas anteriores. Como a CF, a LDBEN e o ECA (Souza, 2023, 43).

Portanto, as DCNEI articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos para a Educação Infantil (Souza, 2023). Após essa revisão da legislação, analisaremos agora seu texto pelo viés da inclusão.

Em seus princípios as DNCEI trazem que a Educação Infantil deve respeitar três princípios que são éticos, políticos e estéticos

Éticos: da autônima, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidade e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (Brasil, 2009, p.16).

No primeiro princípio ao falar de autonomia, já estamos falando de forma inclusiva, pois segundo o dicionário Globo autonomia é

“ s. f. Direito ou faculdade de se reger (um país) por leis próprias; independência administrativa; faculdade de governar por si mesmo; emancipação; liberdade moral ou intelectual; independência. (Fernandes, 1996)

Ou seja, respeitando cada pessoa independente da sua condição. Na sua concepção pedagógica traz dois pontos inclusivos, que são:

Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito a proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (Brasil, 2009, p.18).

No quesito organização de espaço, tempo e materiais, nas DCNEI: “a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 2009, p. 20). Ainda o texto prevê que deve ser assegurado o “reconhecimento, a valorização das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.” (Brasil, 2009, p. 21).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) destacam a inclusão como um princípio fundamental, assegurando o direito de todas as crianças à participação, aprendizagem e desenvolvimento, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais. A proposta é garantir uma educação que respeite as diferenças, promovendo práticas pedagógicas que acolham a diversidade e eliminem barreiras à plena inclusão, mas para que isso possa acontecer é necessário falarmos sobre a formação continuada de professoras, retomaremos esse assunto no próximo subitem dessa dissertação.

Já vimos que as DCNEI têm em seu texto pontos que tratam da inclusão então vamos entender um pouco mais sobre inclusão, tendo em conta que esta

dissertação trata desse assunto. Começamos então, por uma breve retrospectiva das leis Nacionais, para uma melhor compreensão acerca do assunto.

Começo esse parágrafo com uma questão muito instigante que surgiu durante minha qualificação do mestrado que foi proferida pela professora Silvana que é: “se precisamos falar de inclusão, já temos algo para refletir: a escola exclui?!” Se ela fosse realmente inclusiva acolheria a todos/as! Vejamos o que nos diz a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 206, 207 e 208.

Art. 206 diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- IX- garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Art. 207 em seu artigo II diz:

§ 1º- Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º - A lei disporá normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 208: predispõe:

- III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo;
- V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Nossa Constituição já visiona uma educação inclusiva, uma escola pela sua essência e natureza já deveria obrigatoriamente ser inclusiva, porém ainda foram necessárias outras Leis, como veremos no quadro a seguir:

Quadro 01: síntese das leis inclusivas.

Lei	Resumo
Lei nº 7. 853/89	Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.
Lei nº 8. 069/90	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece no § 1º do artigo 2º: A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento especializado.
Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca (Brasil, 1994)	Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.
Lei nº 9.394/96	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trazendo em seu Art. 4º, III, atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Trazendo também em sua redação no Art. 58 o que se entende por Educação Especial, e no Art. 59 o que os sistemas de ensino deverão assegurar ao educandos com deficiência.
Decreto nº 3. 298/99	Regulamenta a Lei nº 7. 853/ 89, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolidando as normas de proteção. Prevê em seu Art. 59 dois perfis de professores para atuar com estudantes com deficiência: o professor de sala comum e o professor especializado em Educação Especial.
Portaria MEC nº 10.098/00	Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Lei nº.10.172/01	Aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com deficiência, e uma dessas metas trata do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios visando à ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos estudantes; das ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimentos aos estudantes na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; do atendimento extraordinário em classes e escolas especiais a atendimento preferencial na rede regular de ensino; da educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituições de ensino superior.
Lei 12. 764/2012- Berenice Piana.	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), dispondo em seu Art. 1º que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
Lei 13. 146/2015	Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Como se observa nesse quadro, diversas leis têm sido elaboradas com o propósito de assegurar os direitos das pessoas com deficiência já garantidas pela Constituição. Diante disso, cabe refletir: o que realmente significa esse “incluir” ao qual venho me referindo ao longo desta discussão? Segundo Kittel e Santos (2019, p.180)

Incluir é tarefa de toda a comunidade escolar. Incluir significa identificar as barreiras que impedem ou dificultam a aprendizagem e buscar múltiplas estratégias para sua remoção. Uma ação que preconiza o estabelecimento de redes de apoio à docência inclusiva.

Segundo Bridi “[...] a importância da dimensão social na compreensão do desenvolvimento infantil e das crianças com deficiência. A partir dessa perspectiva,

torna-se claro a magnitude que a ação do professor e da escola pode atingir enquanto mediadores e promotores dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos” (Bridi, 2015, p. 13), ou seja, o corpo docente, e não cada professor deverá partilhar à responsabilidade do ensino ministrado as pessoas com deficiência, reforçando essa ideia Fernandes apud Ferreira (2006) nos diz que a “[...] inclusão escolar traz um novo paradigma de educação, com isso é imprescindível que a formação dos professores também seja direcionada nessa perspectiva” (Fernandes, 2017, p. 31).

Entendemos então por inclusão a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, do cumprimento dos seus direitos constitucionais, e sobretudo de uma sociedade orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades para todos.

Visando essa inclusão e esse movimento de integração, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ressalta a “[...] necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos”. (Brasil, 2005, p. 22), baseado no princípio da equidade que deve reconhecer as diferenças e as necessidades de ter condições diferenciadas para o processo educacional.

Porém, estamos falando até agora de incluir esses estudantes com deficiência, mas o que seriam esses estudantes com deficiência? Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, são estudantes que demonstram:

1. dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - 1.1 aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - 1.2 aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
 - 1.3 dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando adaptações de acesso ao currículo, com utilização de linguagens e códigos aplicáveis.
- 1.4 altas habilidades/superdotação. (Brasil, 2005, p. 39)

Então, a educação inclusiva, compreende a todos, independente de deficiência específica, ou laudo médico. Perpassando por toda a Educação Básica até o Ensino Superior como mostra a figura a seguir:

Figura 04: A educação especial no sistema educacional

	Educação	Infantil	Educação Especial ↓
Educação Básica	Ensino	Fundamental	
	Ensino	Médio	
Educação		Superior	

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Como podemos observar no quadro acima, a Educação Especial enquanto modalidade de ensino, ela perpassa por todos os níveis de ensino desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Com base, nos diálogos sobre a Educação Infantil e o processo de inclusão no Brasil, iremos agora contextualizar sobre o autismo.

3.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA): Contextualização, legislação e Formação de Professoras

Freire (2005) em seu livro *Pedagogia da Autonomia* destaca a importância do refletir, do observar, de levar as vivências dos estudantes para a sala de aula, e esse trabalho precisa ser fundamentado na ética, que por ele é vista como uma prática inseparável da educação.

Vivemos em uma era digital em que temos acesso a todo tipo de informação na palma da mão, as crianças estão cada vez mais informadas sobre quase todos os assuntos; por exemplo para a criança aprender um termo da língua portuguesa, basta ela acessar o Google e realizar a pesquisa. Diante desse leque de informações disponíveis, a escola precisa ser algo atrativo, reflexivo e contextualizado com a realidade de cada espaço educativo. Não podemos mais perceber as informações como um processo de educação, pois esta será o significado que se dá as muitas informações que temos a toda hora.

Como propõe Paulo Freire (2005) o ensino precisa trazer as vivências dos estudantes para a sala de aula, o professor necessita ir além de potencializar experiências e situações de aprendizagem e reflexão o professor precisa trazer exemplos, mostrar ao aluno em que ele usará aquela determinada informação em sua caminhada fora da escola, e não simplesmente cumprir o conteúdo sem um propósito maior; o professor precisa incentivar seu aluno a refletir sobre a importância do que está aprendendo.

Na teoria freireana, temos o conceito de discência/docência. Segundo essa perspectiva, há um rigor ético nos processos reflexivos, pois, como nos diz Freire: “A prática de pensar a prática e de estudá-la nos leva à percepção anterior do conhecimento” (Freire, 1993, p. 113). Isso nos leva a compreender que não podemos olhar para o “ensinar e aprender” como elementos separados, pois um depende do outro.

Além da preocupação com o ensino reflexivo, temos a inclusão, que precisa ser discutida e refletida à luz das práticas educativas. A inclusão de crianças autistas, por exemplo, exige a formação de professoras que compreendam como um currículo adaptado e focado na interlocução entre as práticas educativas e as formas

de inclusão, favorece processos de aprendizagens⁴ múltiplas. Esses profissionais precisam estar preparados e alinhados para que a inclusão ocorra de fato, tornando esses sujeitos inseridos — e, principalmente, pertencentes — os espaços educativos, em especial todas as escolas públicas.

Conforme denominado pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM- 5), Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno neurológico caracterizado por comprometimento da interação social, comunicação verbal e não verbal e comportamento restritivo e repetitivo. Transtornos antes classificados separadamente, como a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação que hoje fazem parte de uma única classificação diagnóstica, tanto no DSM -5 (código 299.0)⁵ quanto no Código Internacional de Doenças- CID- 11 (código 6A02)⁶.

Os estudos sobre o autismo começaram a ser aprofundados no início do século XX, com o psiquiatra suíço *Eugen Bleuler*, que utilizou o termo "autismo" para descrever um dos sintomas da esquizofrenia, referindo-se a um distúrbio no pensamento e no comportamento social. Em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner publicou um estudo intitulado "*Autistic Disturbances of Affective Contact*" (Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo), no qual descreveu 11 casos de crianças com dificuldades significativas na interação social e na comunicação, além de um comportamento repetitivo e rígido, frequentemente manifestado por uma obsessão por rotinas e repetição de ações.

No ano seguinte, Hans Asperger, também psiquiatra austríaco, publicou o artigo "*Autistic Psychopathy in Childhood*" (A Psicopatia Autista na Infância), em que descreveu crianças que demonstravam dificuldades em estabelecer empatia, baixa capacidade de fazer amizades e um foco intenso em interesses específicos. Além disso, essas crianças apresentavam comportamentos repetitivos e habilidades avançadas em determinadas áreas, como falar de um tema com grande detalhe, razão pela qual eram chamadas de "pequenos professores".

⁴ Usa-se o termo aprendizagens a partir daqui, na compreensão que não existe uma forma de aprender, mas sim diversas maneiras de compreensão das coisas, da vida, do mundo, dos objetos, etc.

⁵ O DSM- V é um dispositivo oficial para traçar os diagnósticos psiquiátricos nos Estados Unidos, servindo de base para muitos países, inclusive para o Brasil.

⁶ O CID é um sistema padronizado, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, que atribui códigos numéricos a doenças, lesões e causas de morte.

A compreensão do autismo evoluiu significativamente após esses estudos pioneiros, especialmente com a distinção entre os diferentes tipos de autismo, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) que engloba uma variedade de manifestações clínicas. Léo Kanner levantou a hipótese da “mãe geladeira” levando a crença de que o autismo seria causado por pais emocionalmente distantes, já, nos anos 1960, cresceram as evidências que o autismo era um transtorno cerebral. Em 1965, a norte-americana, *Temple Grandin*, foi diagnosticada com autismo e em sua fase adulta criou a “máquina do abraço”, aparelho que simulava um abraço e acalmava pessoas com autismo. Somente no ano de 1978, o psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno (Tamahana, 2008).

Em 1980, é publicada a terceira edição do DSM-3, em que o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). No ano de 1981, a psiquiatra *Lorna Wing* desenvolveu o conceito de autismo como um espectro em que novos critérios para o autismo foram avaliados em um estudo internacional multicêntrico, e que passaram a incluir os casos leves e depois somente nos anos 2000 que seguiram as discussões sobre o Autismo (Tamahana, 2008).

A seguir elaborei uma linha do tempo do TEA, informando sobre os processos do TEA no âmbito mundial.

Figura 05: Linha do tempo – TEA



Fonte: autora, 2025

A figura acima mostra uma linha do tempo sobre os progressos do TEA no âmbito mundial.

As crianças com autismo podem ter muitos sintomas distintos, o que dificulta seu diagnóstico, geralmente os sintomas aparecem nos três primeiros anos de vida.

A partir dos seis meses, existe no Brasil, na caderneta de vacinação do bebê (a mesma encontra-se nos anexos dessa dissertação) alguns progressos que ele deve ter desenvolvido nessa determinada idade. Os pais podem usar essas informações para ficar atentos quando, a partir dessa idade, eles começarem a:

- a) não atender a chamados ou precisa de mais estímulos para virar o olhar;
- b) não olhar quando chamado pelo nome;
- c) tem comportamentos atípicos sendo agitado demais ou passivo demais;
- d) leva tudo à boca;
- e) não gosta de toques ou abraços e beijos;
- f) vai no colo de qualquer pessoa, mesmo sendo estranhas;
- g) não sorri quase ou nunca;
- h) fazer expressões faciais inadequadas para a situação;
- i) não compartilha objetos;
- j) não brinca de faz de conta;
- l) não aponta as coisas;
- m) não consegue imitar ou tem muita dificuldade;
- n) não interage ou não tem interesse social.

A partir dos 12 meses, a criança não balbucia, não gesticula e há ausência de fala.

A partir dos 24 meses, a criança:

- a) não formula frases;
- b) espalha brinquedos e não brinca de forma correta;
- c) regride quanto à fala e as coisas que fazia não faz mais;
- d) faz movimentos repetitivos e gosta de coisas brilhantes ou repetitivas;
- e) ignora qualquer tentativa de conversa ou de brincar;
- f) prefere estar sozinho;
- g) dá gritinhos, pula e roda sem sentido;
- h) tem apego a um objeto, sem usá-lo;

i) em alguns casos, faz uso da ecolalia⁷, em que repete tudo que é dito.

Apesar das pessoas com TEA apresentarem as características já mencionadas acima, há intensidades diferentes, pois segundo o DSM-V, vai desde o grau severo a moderado e leve. Por isso, o TEA se divide em níveis de suporte 1, 2 e 3, de acordo com os níveis de interação que a pessoa com autismo possa receber (Associação Psiquiátrica Americana, 2014), a seguir fiz um quadro resumo dos níveis de suporte que serão explicados na sequência.

Quadro 02: Níveis de suporte do autismo.

Nível 1 de suporte- necessidades de baixo apoio Necessita de suporte em situações específicas.
Nível 2 de suporte- necessidades de apoio substancial Necessita de suporte frequentemente
Nível 3 de suporte- necessidades de apoio muito substancial Necessita de suporte frequentemente

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

No nível 1 de suporte, que é exigido apoio, caracteriza-se pelas seguintes características:

Quanto à comunicação social destaca-se:

Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas. (DSM-5, 2014, p. 52)

Já quanto ao comportamento restritivo e repetitivo destaca-se:

Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência. (DSM-5, 2014, p. 52)

⁷ Ecolalia é a repetição involuntária de palavras ou frases ouvidas.

No caso do nível 1 de suporte, a criança com autismo precisa de suporte em situações específicas, como mediação em brincadeiras e explicações mais detalhadas, consegue participar de atividades escolares e interagir com colegas, mas pode apresentar dificuldades na comunicação social e nas interações.

No Nível 2 de suporte que é exigido apoio substancial. Quanto à comunicação social destaca-se:

Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha. (DSM-5, 2014, p. 52)

Já quanto ao comportamento restritivo e repetitivo destaca-se:

Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e /ou dificuldade de mudar o foco ou as ações. (DSM-5, 2014, p. 52)

Neste nível 2 de suporte, a criança com autismo necessita de acompanhamento mais frequente, realiza algumas tarefas de forma independente, porém necessita de adaptação no planejamento pedagógico.

No nível 3 de suporte é exigido apoio muito substancial:

Quanto à comunicação social destaca-se:

Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer as necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas. (DSM-5, 2014, p. 52)

Quanto ao comportamento restritivo e repetitivo destaca-se:

Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande

sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações. (DSM-5, 2014, p. 52)

Ou seja, no Nível de suporte 3, a criança com autismo necessita de acompanhamento mais frequente, como estratégias específicas para se concentrar nas atividades, realiza algumas tarefas de forma independente, mas apresenta desafios na fala e no comportamento, precisando de adaptação no planejamento pedagógico.

Quanto às causas, Assumpção e Pimentel (2000) afirmam que são desconhecidas, porém, várias doenças neurológicas e/ou genéticas foram apresentadas como sintomas do autismo. Problemas cromossômicos, genéticos, metabólicos e mesmo doenças transmitidas/adquiridas durante a gestação, durante ou após o parto, podem estar associados diretamente ao autismo.

Segundo Gaiato (2018, p. 30), outras comorbidades podem ser associadas ao autismo, tais como “[...] ansiedade, opositivo-desafiadores, déficit de atenção e hiperatividade, bipolar, tiques, tourette, transtorno de conduta, distúrbio alimentar esquizofrenia, psicose, distúrbios de sono.”

Klin (2006) cita que apesar dos estudos sobre o espectro, não se sabe ao certo ainda quais as suas causas e seu diagnóstico também é difícil, pois as pessoas com TEA têm diversas características, algumas podem ser intensas, outras leves ou até mesmo diferentes.

O diagnóstico diferencial dos quadros autísticos inclui outros distúrbios invasivos do desenvolvimento, como a síndrome de Asperger, a síndrome de Rett, transtornos desintegrativos e os quadros não especificados. Esse diagnóstico diferencial é uma das grandes dificuldades do clínico. (Assumpção Junior; Pimentel, 2000, p. 38).

Segundo Gaiato (2018, p. 30), “Quanto mais cedo identificarmos os sintomas e começarmos a tratar, mais chances essa criança tem de ter um futuro com independência e autonomia”. Como nos últimos anos, os estudos sobre o autismo vêm ganhando mais visibilidade, esse diagnóstico tem sido mais fácil, mas, o primeiro passo, ainda precisa ser dado pela família.

Já foram validados no Brasil alguns instrumentos avaliativos que podem ajudar a delinear os sintomas do autista e assim facilitar o seu diagnóstico (Gaiato, 2018):

- a escala de *Modified checklist for Autism in toddlers* (M-CHAT): esta escala é composta por perguntas a serem aplicadas aos pais e cuidadores da criança e visa identificar os primeiros indícios do espectro ainda entre 18 e 24 meses de idade; e
- a escala *Childhood Autism Rating Scale* (CARS): esta é utilizada após o diagnóstico que define os níveis de autismo e discrimina o autismo da deficiência intelectual.

Como intervenção pedagógica para o autismo, há alguns métodos como: Análise Aplicada do Comportamento (ABA), *Picture Exchange Communication System* (PECS); Tratamento e Educação para Autista e Crianças com Déficits relacionados à Educação (TEACCH), DIR/FLOORTIME, Comunicação Aumentativa e Alternativa, sintetizamos eles a seguir.

De acordo com Mello (2001), ABA é um tratamento comportamental indutivo que tem por objetivo ensinar à criança habilidades, por etapas, que ela não possui. É um dos métodos mais usados no Brasil.

Basicamente a criança também é tratada por meio de uma reabilitação que pode incluir o ensino de música, psicologia, equoterapia, terapia ocupacional, dentre outros, com o objetivo de incentivar o estudante autista nas áreas que têm mais dificuldade. Como cada criança demonstra déficits em áreas diferentes, cada uma é estimulada naquela em que mais precisa (Gaiato, 2018).

Segundo Fernandes (2017), *Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children*, (TEACCH) que em português pode ser traduzido como “Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Deficiência na Comunicação” é um programa de atendimento que envolve basicamente o fornecimento de um ambiente estruturado e adaptado às necessidades individuais da pessoa com autismo.

Segundo Martins, o DIR/ FLOORTIME que significa ‘tempo de andar’:

Tem como principal objetivo permitir que as crianças formem um senso de si mesmas como indivíduos intencionais e interativos e que desenvolvam capacidades sociais, cognitivas e de linguagem. É utilizado tanto para avaliação quanto para intervenção. (2022, p. 23)

A ferramenta de intervenção - *Picture Exchange Communication System* (PECS) segundo Fernandes “consiste em trocas de figuras (cartões) por objetos ou ações desejadas das crianças” (2017, p.61).

Dito isto, vamos retomar um pouco mais sobre as leis acerca da inclusão. Em 1989, foi publicada a Lei n. 7.853, que definiu os direitos e apoio às pessoas com deficiência, assim foi possível dar início ao processo de inclusão. Em 2001, foi publicada a resolução MEC CNE/CEB n.2, que Institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

Porém, mesmo com essas leis de inclusão até o ano de 2008, Segundo Pinto (2017, p. 178) “O Brasil oferecia atendimento escolar diferenciado aos estudantes com necessidades especiais, o que excluía esses estudantes dos ambientes comuns de escolarização, colocando-os em escolas especiais”.

Somente no ano de 2008 com o Decreto nº 6.571 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, trazendo em seu texto que os estudantes com deficiência deveriam frequentar a sala de aula comum, e no contraturno recebem educação especial.

No ano de 2012, foi sancionada, pela presidente Dilma Rousseff, a lei nº. 12.764 (Brasil, 2012), intitulada: “Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista”, também conhecida como Lei Berenice Piana, mãe de um menino autista e primeira pessoa a conseguir a aprovação de uma lei por meio de iniciativa popular no Brasil. Essa lei oficializa o autismo como deficiência, a mesma considera em seu texto como pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada:

- I- deficiência persistentes e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II- padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (Brasil, 2012, p.1)

Dentro das diretrizes inclui-se o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento a autistas, assegurando aos seus portadores todos os direitos previstos às pessoas com deficiência, dentre eles, o direito à educação. Essa mesma lei define a pessoa com autismo tem direito a estudar em escola regular e/ou profissionalizante, bem como a ter acompanhante especializado quando necessário.

A maioria das escolas brasileiras ainda segue padrões tradicionais de ensino, cheia de regras, grades curriculares e burocracia. Para que essa inclusão aconteça de verdade, é necessário que haja uma ruptura nesse modelo, na verdade, uma mudança do que significa uma Escola, em que a diversidade, as diferenças e a inclusão façam parte do contexto da aprendizagem em todos os espaços de convivência escolar (Mantoan, 2003, p.13).

De acordo com Mantoan (2003, p. 14) *apud* Morin (2001), “[...] para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições”, ou seja, precisa-se começar essa reforma escolar necessária, para que a inclusão se torne realidade o quanto antes e sugere-se que, na formação dos professores, desencadeia-se essa postura, pois quem faz a educação dentro da escola são os professores, as políticas públicas servem como indicativos das práticas educativas daqueles efetivamente responsáveis pelas aprendizagens.

O atual sistema escolar brasileiro faz um recorte da realidade, permitindo que as crianças sejam divididas entre “normais” e “deficientes”, ensino regular e especial. Divide também as professoras em especialistas ou não, o que dificulta a inclusão, porque, na verdade, todas as professoras deveriam ser especializadas em educação especial e estarem seguros em trabalhar com esse público.

Observei que, muitas escolas vêm batalhando para que essa inclusão seja feita, algumas ainda caminham a passos lentos, com alguns progressos pontuais e localizados. Em Jaguarão/RS, por exemplo, algumas escolas municipais já contam com salas especializadas de AEE e monitor de crianças com deficiência dentro da sala de aula.

Realizei um levantamento das leis no município que conta atualmente com 12 leis para a área da inclusão, conforme quadro abaixo:

Quadro 03: Políticas inclusivas do município de Jaguarão

Epígrafe/Lei	Ementa
Lei nº 6.498, de 1º de junho de 2017	Cria e inclui na Lei Municipal nº 4.166/2003 o cargo de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de Monitores
Lei nº 6.514, de 7 de julho de 2017	Cria e inclui na Lei Municipal nº 4.168/2003 o cargo de Professor de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
Lei nº 6.530, de 17 de agosto de 2017	Institui a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência
Lei nº 6.680, de 18 de setembro de 2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação do símbolo de conscientização do autismo nas placas de atendimento prioritário
Lei nº 6.760, de 5 de abril de 2019	Altera a Lei nº 963 de 7 de agosto de 1972, que regulamenta o serviço de táxi e autoriza o táxi acessível
Lei nº 6.849, de 22 de maio de 2020	Institui a carteira de identificação da pessoa com transtorno espectro autista (CIPTEA), no âmbito do Município de Jaguarão e dá outras disposições
Lei nº 6.877, de 5 de outubro de 2020	Dispõe sobre o atendimento prioritário nos estabelecimentos do Município e dá outras providências.

Lei nº 6.922, de 6 de abril de 2021	Dispõe sobre a reserva de vagas para as mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas com deficiência na aquisição de imóveis oriundos de dos programas habitacionais do Município de Jaguarão
Lei nº 6.933, de 24 de maio de 2021	Concede gratuidade no transporte coletivo municipal para pessoas deficientes que estejam em situação de hipossuficiência econômica- financeira, altera o art. 2º da lei 4.276, de 7 de março de 2005 e dá outras providências.
Lei nº 6.935, de 24 de maio de 2021	Cria a Semana Municipal da Conscientização sobre o Espectro Autista
Decreto nº 55, de 29 de março de 2022	Cria o Centro Especializado de Atendimento ao Autista e dá outras providências.
Lei nº 7.030, de 11 de maio de 2022	Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento preferenciais para pessoas com transtorno do Espectro Autista - TEA

Fonte: Souza, no prelo

Ao analisarmos esse quadro vemos que existem muitas Leis no município de Jaguarão/RS que visam à criação de cargos, semanas de deficiência e do autismo, vagas de estacionamento, todos esses passos são importantes, porém precisamos de leis específicas no âmbito da educação, da sala de aula, do AEE, visto que toda a comunidade e também todas as professoras da escola deve estar preparada para que essa inclusão aconteça.

Segundo Informação fornecida pela SMED anualmente são ofertadas algumas formações no município, tais como no mês de Março sobre Síndrome de Down, em abril autismo, agosto mobilização municipal da surdez com cursos de

Libras, mas essas formações enquadram apenas professoras que tenham estudantes PCDs em sala de aula, e para os monitores de estudantes com deficiência a formação é feita pela plataforma *classroom*, plataforma pandorga e MEC, eu enquanto pesquisadora durante esse projeto me questionei sobre o seguinte: No ano seguinte o professor que estiver com o estudante não saberá como trabalhar, pois este não recebeu formação? a justificativa da secretária do Centro de Autismo do Município foi que em formações que contemplem a todos as professoras, a maioria se dispersa em conversas paralelas, atrapalhando a formação, então, optou-se por algo menor de mais qualidade e não quantidade, e que nos anos seguintes a mesma formação será oferecida novamente.

Ao analisarmos a legislação vigente, chegamos ao Plano Nacional de Educação (PNE), que dedica especial atenção à formação de professores. Nesse contexto, destacam-se as metas 13, 14, 15, 16, 17 e 18, as quais abrangem desde a formação inicial até a continuada, incluindo também o incentivo à especialização. Vejamos:

Quadro 04: Metas do PNE para Formação de professoras

Meta 13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35 % (trinta e cinco por cento) doutores.
Meta 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós- graduação de modo a atingir a titulação anula de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25. 000 (vinte e cinco mil) doutores.
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1(um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 ⁸ da

⁸ Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

	Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professoras e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Meta 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50 % (cinquenta por cento) dos professoras da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Meta 17	Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final dos exto ano de vigência deste PNE.
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Fonte: elaborado pela autora, 2024 com base no PNE disponível em <https://pne.mec.gov.br/>

Como vimos no quadro anterior, são muitas as metas do PNE – 2014- 2024: sobre a formação inicial e continuada para professoras, o que nos leva a pensar como Freire “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teórica/ Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (2011, p.16), reforçando esse conceito, Alarcão nos diz que “a noção de professor reflexivo baseia-se na capacidade de pensamento [...] e não como mero reproduzidor de ideias e práticas que lhe são exteriores” (2011, p. 44), a partir desse pensamento

I – professoras habilitadas em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; Texto retirado da LDBEN, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

de professora reflexiva precisamos pensar como melhorar essa reflexão, e nesse ponto Alarcão diz que “Os formadores de professores têm uma grande responsabilidade na ajuda ao desenvolvimento desta capacidade de pensar autônoma e sistematicamente” (2011, p.49), o que me leva a reflexão da importância da formação continuada dos professores, pois será nesses espaços que a reflexão se dará, fortalecendo o ensino e a classe de professoras, como ressalta Freire “quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (2011, p.17).

André (2016) definiu ao refletir criticamente como “se debruçar sobre o próprio trabalho para poder entender aquilo que está sendo feito, ponderar o que é bom, sobre os acertos o que é preciso mudar para obter melhores resultados” (2016, p.19). Lembrando que esse ser reflexivo nos remete também a lembrança de que o professor precisa estar sempre em contínuo aprendizado como nos diz André

Quem se dispõe a trabalhar como docente deve entender que continuará seu processo de aprendizagem ao longo da vida, pois a docência exige estudo e aperfeiçoamento para que possa responder às demandas da educação escolar inserida em uma realidade em constante mudança (2016, p.31).

Esses autores reforçam a importância da formação continuada das professoras em espaços de discussão e reflexão sobre a docência, os documentos norteadores, porque segundo a legislação vigente as professoras precisam usar a BNCC em suas aulas, mas é necessário discutir e problematizar, pois como nos diz Vioto *apud* Souza “[...] é através da reflexão das ações pedagógicas das professoras e demais profissionais que os cenários são reconstruídos e ressignificados dentro do conjunto de procedimentos e atitudes que o processo educacional abrange” (2007, p. 5).

No âmbito inclusivo Poker (2013, p.7) defini o ser professor como “trabalhar com uma infinidade de potencialidades e possibilidades da existência humana. Essa é uma característica da atuação docente mais requerida no universo da Educação Inclusiva”.

Destacando a importância da formação inicial e continuada, pois através dela acontece a transformação na educação, e hoje, todo professor regente é professor inclusivo.

A discussão acerca do autismo e, sobretudo, da adaptação do planejamento curricular, mostra-se necessária diante dos dados epidemiológicos. Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), em 2004 a prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) era de um caso a cada 166 nascimentos. Atualmente, esse índice corresponde a um caso a cada 36 crianças, evidenciando um crescimento expressivo. Tais dados reforçam a relevância de refletir criticamente sobre práticas inclusivas e adaptações pedagógicas.

3.3 Reflexões acerca do Planejamento curricular adaptado

A adaptação curricular constitui um dos eixos centrais da educação inclusiva e desempenha papel essencial na efetivação do direito à aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de um processo pedagógico contínuo, que busca ajustar o currículo às necessidades específicas de cada estudante, garantindo-lhes acesso, permanência e participação ativa no contexto escolar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a educação deve assegurar igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Essa diretriz é reafirmada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que orienta a organização de práticas pedagógicas voltadas ao reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Assim, o currículo deve ser compreendido não como uma estrutura fixa, mas como um instrumento dinâmico e flexível, capaz de se reconfigurar conforme as singularidades dos sujeitos que dele participam.

Mantoan (2003) destaca que o currículo deve ser entendido como um conjunto de experiências formativas produzidas nas interações entre professores, estudantes e saberes, e não apenas como uma sequência linear de conteúdos predefinidos. Nesse sentido, adaptar o currículo para estudantes com TEA implica repensar objetivos de aprendizagem, metodologias e formas de avaliação, de modo a criar condições reais para que cada criança desenvolva suas potencialidades de maneira significativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforça essa perspectiva ao enfatizar a importância de práticas pedagógicas pautadas na equidade, reconhecendo os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes. No caso de crianças com TEA, a adaptação curricular pode envolver o uso de recursos visuais, a estruturação de rotinas previsíveis, a comunicação direta e objetiva, o apoio de tecnologias assistivas e estratégias de mediação social que favoreçam a interação e a compreensão do ambiente (Schmidt; Bosa, 2003; American Psychiatric Association, 2014).

Sob a ótica da teoria histórico-cultural, Vygotsky (1997) destaca que o desenvolvimento humano é mediado pelas interações sociais e pela cultura, sendo a aprendizagem um processo que ocorre na zona de desenvolvimento proximal. Essa concepção reforça a relevância da mediação pedagógica e das adaptações curriculares como instrumentos que permitem que a criança com TEA avance para além de suas limitações imediatas, participando ativamente do processo educativo. A ação mediadora do professor e a reorganização das experiências de aprendizagem tornam-se, assim, condições indispensáveis para a construção de significados e para o desenvolvimento de novas habilidades.

Nessa mesma direção, Freire (1996) propõe uma educação dialógica, centrada no respeito à singularidade dos sujeitos e na valorização de seus saberes e experiências. Aplicada à educação inclusiva, essa concepção implica compreender a adaptação curricular não como uma concessão, mas como um direito que assegura a humanização do ensino. Adaptar o currículo significa, portanto, reconhecer a diversidade como potência e condição para a transformação das práticas pedagógicas e das relações escolares.

Glazzard (2011) acrescenta que a inclusão de estudantes com TEA exige não apenas ajustes técnicos, mas também transformações culturais e atitudinais no ambiente escolar. As adaptações curriculares, assim, devem ir além de simplificações de conteúdo, priorizando estratégias que ampliem o engajamento, a autonomia e o desenvolvimento socioemocional do estudante. A escola deve, portanto, configurar-se como um espaço de pertencimento, no qual as diferenças sejam compreendidas, valorizadas e integradas à dinâmica educativa.

Dessa forma, a adaptação curricular constitui instrumento fundamental para a consolidação de uma escola inclusiva, comprometida com a equidade e a justiça social. Ao reconhecer e atender às necessidades das crianças com TEA, a instituição educativa reafirma sua função social e ética, garantindo que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolva de forma significativa, participativa e emancipadora. A inclusão, nesse contexto, ultrapassa a mera presença física na sala de aula, traduzindo-se no compromisso efetivo de transformar o currículo em um espaço de possibilidades e reconhecimento da diversidade humana.

3.3 .1. O Currículo Adaptado e o Papel da Escola

Para iniciar a reflexão sobre o currículo adaptado, é necessário retomar a questão fundamental: qual é o objetivo da escola? De acordo com Costa, Kittel e Ferreira (2024, p. 8), “o objetivo da escola seria contribuir para a coordenação da ação de seres que, para buscarem a sobrevivência, precisam se organizar formando sociedades”. Partindo dessa concepção, compreende-se que, se a escola tem como finalidade coordenar ações coletivas, não é possível pressupor que todas as crianças aprendam da mesma forma.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), em seu Capítulo III, art. 4º, inciso III, estabelece como dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Complementarmente, o art. 59 determina que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996).

Cada educando aprende de forma singular, o que remete ao princípio da individualização. Conforme afirmam Costa, Kittel e Ferreira (2024, p. 5), “essa individualização situa-se no quadro da educação especial na perspectiva inclusiva, pela qual se garante inclusão com efetivo respeito e atendimento às diferenças”.

A Declaração de Salamanca (1990) já associava o conceito de flexibilidade curricular à ideia de adaptação curricular, e em 1999, a Política Nacional para a Educação Básica descreveu tais adaptações como:

“Modificações que sejam necessárias em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas às quais se aplica; nesse sentido, as adaptações curriculares são vistas como instrumentos de atendimento à diversidade das salas de aula.” (Costa; Kittel; Ferreira, 2024, p. 6).

Essas adaptações não devem ser entendidas como medidas voltadas exclusivamente a um grupo específico, mas como estratégias aplicáveis a todas as crianças, sempre que necessário. Bueno (2000, apud Costa; Kittel; Ferreira, 2024) define adaptação como o ato de ajustar uma coisa à outra — um processo de

adequação e apropriação que busca alinhar o ensino às possibilidades reais do estudante.

A adaptação curricular, portanto, deve ser compreendida como uma estratégia pedagógica que amplia as oportunidades de aprendizagem, sem criar um novo currículo, mas diversificando os caminhos para que o mesmo conteúdo seja acessível a todos. Trata-se de um recurso que permite ao professor modificar metodologias, recursos e formas de avaliação de acordo com as necessidades dos estudantes, garantindo-lhes o direito à aprendizagem.

Durante a intervenção pedagógica realizada, buscou-se discutir com as professoras participantes as formas práticas de concretizar essas adaptações, tomando como referência situações do cotidiano escolar vividas no município. Essa reflexão coletiva contribuiu para compreender que a adaptação curricular é um processo contínuo e contextual, que se constrói a partir do diálogo entre teoria e prática, entre legislação e realidade, e entre o compromisso ético e o fazer pedagógico.

4. FUNDAMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E METODOLÓGICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 METODOLOGIA

Como metodologia foi realizada uma pesquisa documental, uma investigação de campo e algumas intervenções com professoras da rede básica de ensino do município de Jaguarão, Herval, Bagé e Canguçu.

No intuito de estabelecer um ponto de partida formal para esse processo de investigação, foi feita uma busca para localizar estudos relacionados com a temática dessa pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a qual está sob coordenação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), também foi feita buscas sobre a temática no Repositório da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), pois se trata do meio acadêmico o qual o estudo representa.

Ao realizar essa pesquisa, estabelece-se uma visão mais ampla e atual sobre o tema do mesmo, ampliando o foco inicial sobre o tema, ao se buscar na base teórica para o desenvolvimento da escrita e dos objetivos a serem alcançados na intervenção, percebi ainda mais a importância que o tema possui para a construção de uma escola inclusiva.

O levantamento bibliográfico realizado teve como objetivo a apropriação de informações e conhecimentos provenientes de estudos já publicados acerca das temáticas abordadas nesta pesquisa. Para tanto, foi conduzida uma revisão bibliográfica abrangendo artigos científicos, teses e dissertações publicadas no Brasil entre os anos de 2019 e 2023. A delimitação desse recorte temporal justifica-se por contemplar produções recentes no campo investigado, além de incluir o ano de 2023, que marca o início da trajetória da pesquisadora no curso de mestrado.

É fundamental considerar os princípios éticos que a atividade investigativa requer. Como afirma Morin (1921, p.121), “[...] embora o conhecimento científico elimine de si mesmo toda competência ética, a prática do pesquisador suscita ou implica uma ética própria.” Nesse sentido, trata-se de uma consciência profissional que fui consolidando ao longo da minha trajetória pessoal e acadêmico-profissional.

Também segundo Morin (1921, p.121) “Conhecer para conhecer, que deve triunfar, para o conhecimento, sobre todas as proibições, tabus, que o limitam”, esta seria a definição de consciência profissional em que o interesse parte dos interesses da ação política no meio social em que se vive; mostrando a ética do pesquisador sério, que se opõe a qualquer outro valor a não ser a verdade.

Sendo assim, foram demarcados como descritores da busca 1) Inclusão de autistas na Educação Infantil; 2) currículo Adaptado para Autistas.

A primeira busca foi feita no referencial de teses e dissertações da CAPES, a saber: para o descritor 1 - foram encontrados 19 títulos, sendo apenas 9 considerados condizentes; para o descrito 2 - nada encontrado.

A segunda pesquisa foi feita no Scielo em que para os descritores 1 e 2 não houve trabalhos encontrados;

A terceira pesquisa foi feita na Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações (BNTD), em que para o descritor 1 - encontrou-se 48 títulos, 3 repetidos e apenas 10 de acordo com a pesquisa; para o descritor 2 foram encontrados 16 títulos, porém apenas 2 condizentes, como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 05: Levantamento de dados

	Teses CAPES	SCIELO	BNTD
Inclusão de Autista na Educação Infantil	9	0	10
Currículo Adaptado para Autistas	0	0	2

Fonte: elaborado pela autora, 2024

Nesse primeiro momento da pesquisa, foram analisados apenas os títulos dos trabalhos, e podemos concluir que existem poucos trabalhos sobre como se elaborar e qual a importância do currículo adaptado para essa criança com autismo. Mostrando-nos ser uma área pouco explorada, e apesar das leis inclusivas, existem poucos discursos no meio acadêmico.

Esta será uma pesquisa-ação que segundo Alarcão (2011) “A pesquisa-ação é uma metodologia de intervenção social cientificamente apoiada e desenrola-se segundo ciclos de planificação, ação, observação, reflexão” (2011, p.52), será utilizada uma revisão bibliográfica, uma análise das leis, e as intervenções, segundo Damiani (2012), a pesquisa intervencionista trata-se de investigações com o intuito de planejar, implementar e avaliar as práticas pedagógicas.

A intervenção estava inicialmente planejada para ocorrer na EMEI Eloisa Timm, envolvendo professoras e monitores da instituição. No entanto, diante das circunstâncias, a proposta foi posteriormente estendida a outros profissionais que demonstraram interesse em participar da pesquisa.

No dia 19 de abril de 2024, realizou-se a primeira reunião com a equipe diretiva da EMEI Eloisa TIMM, professoras e monitores da escola, de forma presencial em sua sede, com o objetivo de convidá-los a participar da intervenção. Nessa ocasião, definiu-se que a intervenção ocorreria de maneira remota, por meio do Google Classroom. Nesse ambiente, os palestrantes convidados disponibilizariam vídeos de aproximadamente 30 a 40 minutos, abordando suas respectivas áreas de atuação, com a finalidade de estimular discussões nos fóruns da plataforma. Essa metodologia foi escolhida para possibilitar a participação de todas, respeitando e conciliando suas rotinas de trabalho.

A metodologia para obtenção de dados foi à caderneta de metacognição, que as professoras fizeram de forma remota através do *Classroom*; a caderneta de metacognição segundo Jou e Sperb “é uma estratégia que visa criar condições que favoreçam a reflexão sobre a ação docente” (2014, p. 179). Na direção dessa reflexão foram utilizadas três perguntas bases, são elas: O que eu aprendi? Como eu aprendi? O que eu não entendi? Questões que proporcionaram uma reflexão sobre os aprendizados e a prática docente.

4.2 RESULTADOS DAS DISCUSSÕES

No final do mês de julho de 2024, a pesquisadora elaborou e encaminhou cartas-convite a todas as escolas municipais de Educação Infantil, com o intuito de promover a participação na intervenção intitulada “*A mudança começa pela inclusão*”. Embora, em um primeiro momento, as professoras da EMEI Eloísa Timm tenham demonstrado interesse e aceitado o convite, a participação da instituição não se concretizou na etapa de realização da intervenção.

Para melhor contextualizar o cronograma proposto na intervenção, segue a quadro abaixo:

Quadro 6: Cronograma das atividades do curso “A mudança começa pela Inclusão”.

Cronograma	Professor e temática
Encontro 1 - 19/08 - via meet	Apresentação da proposta; Debate: Prof.Dr. Jefferson Marçal da Rocha - Políticas Públicas na educação Fórum: caderneta de Metacognição sobre políticas públicas
Encontro 2 - 20/08 - vídeo no Classroom	Prof. Dr. Liliamar Hoça - TEA Fórum caderneta de Metacognição sobre TEA
Encontro 3 - 21/08- vídeo no Classroom	Prof. Dr. Flávia Burszinski de Souza- Educação Infantil Fórum caderneta de Metacognição sobre Educação Infantil
Encontro 4 - 23/08 - Vídeo no Classroom	Prof. Aline Domingues e Andréia Bretanha - AEE E Inclusão Fórum caderneta de Metacognição sobre AEE e Inclusão
Encontro 5 - 24/08 presencial e meet	Oficina sobre AEE e Currículo Adaptado com a Prof ^a . Iracema Pinheiro de Bagé Fórum caderneta de Metacognição
Fórum de construção-aberto por 7 dias, após os encontros.	Contribuições para o guia informativo

Fonte: a autora, 2024

A inscrição foi realizada a partir de um formulário online em que constavam os seguintes questionamentos:

1. Nome completo;
2. E-mail;
3. O que você entende por inclusão;
4. O que você entende por currículo adaptado;
5. Deixe sua dúvida sobre inclusão e currículo adaptado.

Ao total tivemos 27 inscritos, porém destes 8 realizaram as atividades propostas. Os encontros da intervenção foram ao vivo pelo *Google Meet* ficando gravada, todas foram depositadas junto com as leituras propostas na plataforma *Google Classroom*.

No quadro 7: Respostas do formulário de inscrição que se encontra nos anexos. Vamos analisar o quadro postado nos anexos dessa dissertação. Quanto à primeira questão proposta: O que você entende por inclusão? Análise que todos estão compartilhando de um mesmo conceito, de uma inclusão que inclua a todos sem discriminação, que todos participem, se sintam pertencentes. Concordando com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) tendo como objetivo assegurar a inclusão e orientar os sistemas de ensino para garantir:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008, p. 14).

Compreende-se então, que diferentes esferas da sociedade devem ser mobilizadas e relacionadas para alcançar o mesmo objetivo, a fim de que a inclusão de estudantes seja eficiente. Vejamos na figura a seguir essas esferas.

Figura 06: Esferas da educação inclusiva



Fonte: Adaptado do Instituto Rodrigo Mendes (2020, p.38)

A aliança entre as cinco esferas expostas na figura à cima deve ter como foco a educação inclusiva como direito de cada estudante, visando à aprendizagem de forma ampla. Cada esfera deve desempenhar seu papel de maneira contínua para que o objetivo seja alcançado.

A segunda questão proposta na inscrição da intervenção foi: O que você entende por Currículo Adaptado? Ao analisarmos as respostas dadas vemos que os inscritos na intervenção tem um conceito bem elaborado sobre a adaptação curricular, concordando com o conceito elaborado por Costa *Et al*, em que define o currículo adaptado como:

[..] modificações que sejam necessárias em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas as quais se aplica; nesse sentido, as adaptações curriculares são vistas como instrumentos de atendimento à diversidade das salas de aula” (Costa, Kittel e Ferreira, p. 6).

Embora 27 participantes tenham respondido às questões iniciais, apenas 29% concluíram a intervenção, realizada entre os dias 19 e 24 de agosto de 2024. Ao final do processo, foi proposta uma última questão, com o objetivo de identificar possíveis dúvidas acerca dos temas inclusão e currículo adaptado. Dos 27 respondentes, 17 manifestaram dúvidas relacionadas ao currículo adaptado, 6 apontaram incertezas sobre o conceito de inclusão e 4 optaram por não responder.

Na sequência, serão apresentadas e analisadas as atividades e discussões desenvolvidas ao longo dos encontros da intervenção.

1º Encontro: Políticas Públicas na Educação

O primeiro encontro da intervenção aconteceu no dia 19 de agosto de 2024 às 19 h, nesse primeiro momento o grupo se apresentou e expliquei como funcionaria as atividades da formação, bem como explicação dos retornos que cada uma iria fazer na plataforma *Google Classroom*.

2º Encontro: TEA

A discussão no segundo encontro, foi sobre o TEA e foi compartilhada pela Prof^a Dr^a Liliamar Hoça - Doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Mestre em Educação pela PUC/PR. Graduada em Pedagogia pela PUC/PR. Possui Especialização em Educação Especial, Modalidades de Intervenção na Aprendizagem, Neuropsicopedagogia.

Para essa discussão separei algumas questões, tais como: Quando é necessário adaptar o currículo para um aluno com TEA?

Durante a sua fala a Professora Liliamar reforçou a importância do trabalho colaborativo, da rede de apoio entre pais, escola e profissionais que trabalham diretamente com TEA.

Dos 18 estudantes inscritos na plataforma *classroom* apenas 7 responderam ao fórum metacognitivo em que foram questionados sobre o seguinte: Deixe suas reflexões e /ou dúvidas a respeito da fala da Professora Liliamar. Importante: Deixe uma dica/ideia de adaptação/material/ percepção sobre como trabalhar com o TEA, algo que você considera importante para compartilhar com os colegas? Pode ser algo que você já fez ou aprendeu.

Todos os que responderam fizeram considerações relevantes sobre o TEA e destacando que o mesmo precisa ser inserido em uma sociedade, com convivência entre os pares.

Indo de encontro com essa perspectiva do grupo a pesquisadora Chiote (2023), nos diz que

O desenvolvimento infantil não acontece de maneira linear, gradual e cumulativa, mas em um processo dialético no qual fatores internos e externos se entrelaçam e impulsionam as transformações nas funções psíquicas elementares e superiores a partir de saltos e revoluções qualitativas, com evoluções e involuções na adaptação ativa ao meio que resulta do choque real entre o organismo e o meio social (Chiote, 2023, p.26)

Diante dessa discussão, fica claro que o desenvolvimento das funções psicológicas na infância se constitui culturalmente, ou seja, a criança aprende na interação com o outro. Por tanto precisamos considerar essa interação importante para o TEA, como nos diz Chiote (2023),

Os processos de mediação e inserção da criança no mundo e na cultura são atravessados pelas expectativas do outro em relação à posição e ao lugar social ocupado pela criança e na projeção de posições e lugares futuros. Diante disso, é importante problematizar a maneira como a criança tem sido vista em nossa sociedade, e a repercussão que essa visão tem na percepção da criança com Autismo. Atualmente, as crianças têm ocupado em nossa sociedade um lugar de transição entre o que elas são e o que virão a ser no sistema produtivo; são percebidas como um ser em transição para a vida adulta, desconsiderando que elas são sujeitos históricos participantes e constituintes das relações e vida social. (Chiote, 2023. p. 29).

Nessas condições concretas da vida, o posicionamento social e o lugar da criança autista são muitas vezes atravessados pela impossibilidade de participar das brincadeiras, devido às suas características, ficando muitas vezes limitada aos espaços terapêuticos. Contrário a esse posicionamento parafraseando Vigotsky (1997), nos diz que não é a deficiência que traça o destino da criança, mas a maneira como ela é significada culturalmente, ou seja, precisamos sim, inserir as crianças autistas nas brincadeiras, nas rodas, nas salas, na sociedade, para que na interação ela possa aprender da maneira dela.

3º Encontro: Educação Infantil

O encontro, conduzido pela Prof.^a Dr.^a Flávia Burdzinski de Souza- Doutora em Educação- na linha de Políticas Educacionais (UPF). Possui graduação em

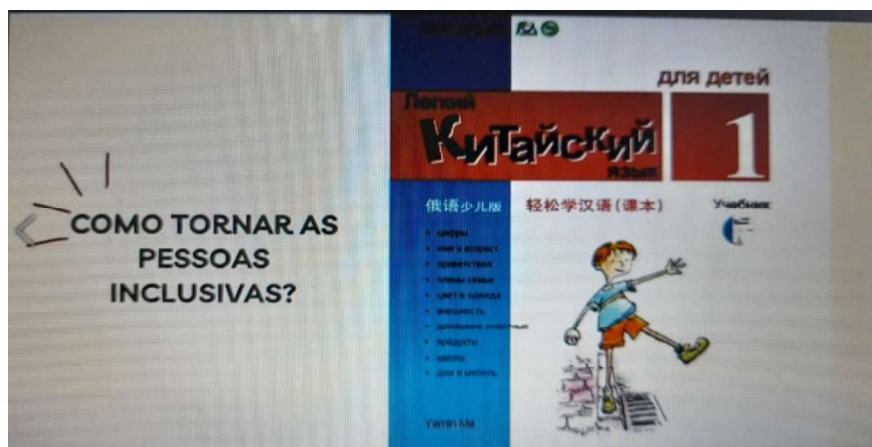
Pedagogia (IESA-RS); Especialização em Ensino Pela Pesquisa e Aprendizagem por projetos (UNÍTESE e UTP -PR) e Mestrado em Educação nas Ciências (UNIJUÍ-RS). Atualmente é professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Erechim. Pesquisadora e professora extensionista de temas relacionados a Pedagogia da Infância, Educação Infantil, Políticas Educacionais e alfabetização.

O Encontro ocorreu no dia 21 de agosto de 2024, teve como objetivo discutir a inclusão na Educação Infantil. Foram selecionadas questões dos docentes durante a inscrição, como a promoção de atitudes inclusivas, a adaptação da aprendizagem às necessidades dos estudantes e a viabilidade da inclusão em turmas numerosas. A Prof.^a Dr.^a Flávia abordou esses pontos, destacando a relevância da inclusão em toda a Educação Básica.

Inclusive em sua fala inicial nos deixa uma reflexão muito importante que é se a gente respeitasse o que diz na Constituição Federal (CF) que o objetivo da educação é formar uma sociedade justa, solidária e livre, não precisaríamos falar de escola inclusiva porque a escola por essência deveria ser um local inclusivo, pois esse é um local de acolhimento.

Para o fórum metacognitivo foi feita a seguinte pergunta: No início da sua fala a Prof.^a Flávia faz uma pergunta: Como veem esta imagem? Reflita e deposite aqui sua resposta.

Figura 7: Como tornar as pessoas Inclusivas?



Fonte: Prof.^o Flávia, 2024.

Para essa atividade novamente tivemos uma baixa participação dos colegas, porém os 5 que responderam fizeram reflexões sobre o contexto da educação Infantil e sua importância para todas as crianças, independentemente de sua condição. Ou seja, a escola regular precisa se pautar em um trabalho que visa a desenvolver a criança, e não o deficiente.

4º Encontro: Oficina sobre Atendimento Educacional Especializado e Currículo Adaptado

O quarto encontro aconteceu no dia 24 de agosto de 2024, às 19h pelo meet, e foi uma oficina ministrada pela Prof^a Iracema Barbosa Pinheiro, ela possui graduação em Letras pela Universidade da Região da Campanha (2002). Especialização em Língua Portuguesa e Educação Especial. Professora da rede Municipal de Ensino de Bagé, atuando em sala de AEE.

A oficina mostrou-se particularmente relevante por articular aspectos teóricos e práticos acerca da adaptação curricular, temática essencial para a promoção da inclusão e da equidade no processo de ensino-aprendizagem. Além de apresentar estratégias concretas que podem ser aplicadas no cotidiano escolar, a palestrante buscou dialogar com os participantes, promovendo um espaço para esclarecimento de dúvidas e troca de experiências. Dessa forma, o encontro possibilitou reflexões sobre como adequar conteúdos, metodologias e avaliações às necessidades específicas dos estudantes, sem perder de vista os objetivos pedagógicos previstos.

Esse momento formativo contribuiu significativamente para ampliar o repertório dos docentes presentes, fortalecendo o compromisso com práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis.

5º Atividade Final: Fórum

O fórum final ficou aberto na plataforma para os colegas após todas as atividades, pudesse dar suas contribuições para o nosso guia informativo, ficando as instruções na plataforma da seguinte forma: “Chegamos ao final de nossa formação,

foi um imenso prazer poder contribuir com a educação e com as colegas. Para finalizar gostaria de pedir a contribuição de vocês, por favor me dê: dicas, sugestões de atividades para as professoras que não participaram da formação. Construiremos um guia informativo para que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento que construímos nessa formação. Então, tudo o que você quiser colocar nesse guia, imagem, texto, será bem-vindo, enfim fique à vontade para contribuir.”

Os colegas que contribuíram reforçaram a importância de ser refletir, pesquisar, estudar sobre o tema da inclusão, como veremos no quadro a seguir, que sintetiza as contribuições das colegas professoras.

Quadro 08: Síntese da caderneta de Metacognição, que se encontra nos anexos.

Através da Caderneta de Metacognição utilizada no formato de Fórum Final das atividades, nos mostra que alguns dos objetivos desta pesquisa foram alcançados, desde o objetivo geral que foi o de realizar a análise das políticas públicas educacionais e a importância da elaboração e desenvolvimento do planejamento curricular adaptado, para crianças com autismo, na Educação Infantil do município de Jaguarão, quanto os objetivos específicos, que foram:

- A) Compreender Educação Infantil como processo educativo de direito fundamental da criança;
- B) Conceituar a Educação Infantil como um direito fundamental da criança;
- C) Compreender as características do Transtorno do Espectro Autista e os desafios da inclusão no ambiente da Educação Infantil;
- D) Analisar como o tema da inclusão é contemplado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- E) Conhecer a legislação e as ações de inclusão são desenvolvidas na rede pública de Jaguarão/RS.

Ao concluir as cadernetas de Metacognição, percebemos que algumas professoras da rede municipal tem pleno conhecimento sobre autismo, inclusão e buscam meios para aprender sobre a adaptação curricular, porém como tivemos uma adesão muito baixa na intervenção, alguns objetivos específicos dessa pesquisa não foram contemplados.

Sugiro que para as próximas formações a serem feitas as professoras do município o formato seja diferente, que envolva um maior engajamento e que a sua participação seja efetiva, e principalmente, não possa ser terceirizada. Deixo como sugestão uma reunião pelo *Meet* em um grupo grande para a primeira palestra, após um determinado tempo os participantes são redirecionados automaticamente para grupos menores, no máximo 15 pessoas em que todos devem falar suas considerações sobre a primeira palestra, realizar uma atividade e ao retornar para o grande grupo um dos estudantes deve ler a resposta do grupo aos demais participantes do grande grupo, finalizando com uma atividade para a casa; observação importante sempre com a câmera ligada, desta forma a interação seria maior e a efetiva participação também, sendo possível a plena participação de todas as professoras do município ao mesmo tempo.

Concluindo essa dissertação percebemos que para investigar o desenvolvimento de uma criança, seja típica ou atípica é preciso uma mudança de olhar, para além da comparação. No que se refere à criança com autismo, concordamos com Bosa, quando nos diz que:

A forma como comunicam suas necessidades e seus desejos não é imediatamente compreendida, se adotarmos um sistema de comunicação convencional. Um olhar mais cuidadoso e uma escuta atenta permitem-nos descobrir o grande esforço que essas crianças parecem despende para lançar ferramentas que as ajudem a ser compreendidas. (Bosa, 2002, p.34)

Ou seja, ela precisa de caminhos alternativos e recursos especiais. A educação especial por sua vez, precisa promover por caminhos diferentes experiências que invistam no desenvolvimento cultural da criança, sua participação nos diferentes espaços e atividades culturais.

A deficiência não deve ser vista unicamente como uma limitação funcional, mas como uma construção social que exige a desconstrução de barreiras físicas, atitudinais e emocionais, promovendo assim a acessibilidade.

O nosso mestre Paulo Freire defende uma educação centrada na humanização, no respeito à dignidade do outro e na promoção da autonomia. Para ele, “ninguém é tão ignorante que não tenha algo a ensinar, nem tão sábio que não tenha algo a aprender” (Freire, 1996). Essa premissa é fundamental para a inclusão

de PCDs: reconhecer o potencial de cada sujeito, independentemente de suas limitações, como educador e educando.

Para pessoas com deficiência uma prática pedagógica comprometida com a realidade dele exige o acolhimento de suas emoções, experiências, frustrações e conquistas, através de um espaço de escuta ativa e empático.

Após realizar o levantamento das leis municipais inclusivas, da conversa com algumas professoras e até mesmo da vivência de madrinha de um menino autista, sugiro como uma possibilidade de tornar o município de Jaguarão, mais inclusivo, com mais acessibilidade, a criação de um Plano Municipal de Educação Especial, com a finalidade de garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, dentro da rede regular de ensino. Isso envolve a oferta de recursos pedagógicos e de acessibilidade adequados, a formação continuada de professoras e a articulação com diferentes setores para promover a inclusão social e educacional, bem como um órgão fiscalizador que garanta que esse plano esteja sendo realizado em todas as suas esferas, inclusive quanto à adaptação curricular.

5. Considerações finais: carta aberta às professoras

O Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão representa uma valiosa oportunidade para a qualificação das práticas pedagógicas dos educadores da região. A turma de 2023, composta por mestrandos oriundos de contextos e regiões diversas e atuantes em diferentes segmentos da educação, vivenciou o privilégio da troca de experiências, compartilhando práticas e buscando, na teoria, caminhos inovadores para a melhoria da qualidade da educação básica.

A adaptação curricular na Educação Infantil é um instrumento fundamental para garantir o acesso, a permanência e a participação de todas as crianças no processo educativo, respeitando suas singularidades e ritmos de desenvolvimento. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) oferecem os fundamentos normativos e pedagógicos que orientam a

organização do trabalho educativo, ancorado nos princípios da inclusão, diversidade, equidade e respeito à infância como fase única e significativa da vida humana.

As DCNEI (Brasil, 2009) destacam a necessidade de um currículo que seja flexível, contextualizado e centrado na criança como sujeito histórico, social com direitos. Assim, a adaptação curricular não deve ser compreendida como uma ação pontual ou corretiva, mas como parte integrante de uma pedagogia que reconhece e acolhe as diferenças, garantindo experiências educativas que promovam o desenvolvimento integral de cada criança, em suas dimensões física, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural.

Nesse sentido, o papel do educador é fundamental: cabe-lhe observar, escutar e interpretar as múltiplas formas de expressão das crianças, planejando intervenções intencionais que favoreçam a aprendizagem em contextos desafiadores, significativos e acessíveis. Além disso, a formação continuada dos profissionais da educação infantil, prevista nas DCNEI (Brasil, 2009) como condição para a qualidade do atendimento, é essencial para que as práticas pedagógicas possam efetivamente responder às necessidades das crianças em sua pluralidade.

Portanto, refletir sobre a adaptação curricular à luz das DCNEI implica reafirmar o compromisso com uma educação infantil inclusiva, democrática e emancipadora, que considera a diversidade não como obstáculo, mas como potência para a construção de práticas pedagógicas mais humanas, sensíveis e transformadoras.

Adendo: Carta as Professoras

Jaguarão, 14 de julho de 2025

É com grande emoção que chego ao final dessa aventura chamado Mestrado Profissional em Educação, foi um desafio muito emocionante, tive no caminho algumas intempéries, como o fato de a escola onde trabalhava encerrar suas atividades e não ter onde fazer a intervenção. Corri atrás de uma escola que me acolhesse e se sentisse instigada a participar da minha pesquisa, fui acolhida pela EMEI Eloisa TIM, que infelizmente no momento da intervenção optou por não participar. Mas como mulher, mãe, guerreira que sou não me deixei abater pelas dificuldades e com muita correria conseguimos fazer a intervenção, foi um sucesso.

Chegar ao final é muito mais que concluir uma etapa, é refletir sobre ela, e hoje pensando nessa caminhada, penso que com essa dissertação poderei deixar novos ares para minhas colegas que lecionam no meu município; considero que alguma forma cumpri meu intuito: ajudar as professoras a adaptar o currículo para que realmente aconteça a inclusão de todas as crianças, sei que agora já se fala em Desenho Universal, mas vamos por parte, muitas professoras ainda não sabem como incluir esses estudantes deficientes, então vamos juntos fazer a inclusão acontecer.

Pois é preciso compreensão de que a inclusão é trabalhar as diferenças pra que estas não se tornem desigualdades. A escola precisa se pautar em um trabalho que visa a desenvolver a criança, e não o deficiente.

Como nos diz Brizzola a “Educação na perspectiva inclusiva, pelo qual considera-se que os(as) estudantes apresentem diversos modos de se relacionar com o sujeito de conhecimento escolar, traduzindo-se em diversas formas de aprender, o que, por fim, exige diversas formas de ensinar. (2025, p. 8)

A aprendizagem da criança com Autismo precisa ser orientada para um maior investimento nos processos de significação; ressignificar a criança para além do Autismo, precisamos romper as barreiras e os preconceitos existentes em nossa

sociedade. Como uma Freriana finalizo esta carta afirmando que educar é também um ato de justiça social, de reconhecimento e de libertação.

Agradeço a todos que me acompanharam nessa jornada.

Luciana Nobre Nunes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli. **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AUTISMO: <<https://autismoerealidade.org.br/2023/04/14/uma-a-cada-36-criancas-e-autista-segundo-cdc/>> acesso: 19 abril 2024

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo infantil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, supl. 2, p. 37- 39, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3795.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. **BNC - Formação continuada de professores -** <extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>acesso 20 abril 2024

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 22 abril 2023.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Lei nº. 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília – DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Emenda Aditiva nº 1.025**. disponível em :chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclclefindmkaj/<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8921974&ts=1618945764007&disposition=inline> acesso em 22. abril.2024

BRIDI, Fabiane Romano de Suza; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. **Avaliação e Atendimento Educacional Especializado: Enfoques e Práticas Pedagógicas**. In: SILUK, Ana Cláudia Pavão; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (org). **Avaliação: Reflexões sobre o processo avaliativo no Atendimento Educacional Especializado**: UFSM, Pró- reitoria de Extensão, PE.com, 2019.

BOSA, C. **Autismo**: Atuais interpretações para antigas observações. In: Baptista, C. R.; Bosa, c. (org.). *Autismo e Educação*. Porto Alegre: Artemed, 2002, p. 21-39.

BRIZOLLA, Francéli. **Concepção social de deficiência, quebra de barreiras, capacitismo e marcos legais**. Bagé, 2025.

COSTA, Laureane Marília de Lima; KITTEL, Rosângela; FERREIRA, Simone de Mannam. **Fascículo Teórico-Prático**: Concepções que atravessam as práticas dos/as profissionais de educação, Bagé, n 1, 2022.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil**: Trabalhando a mediação pedagógica. 4 ed. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FERNANDES, de Oliveira Auristela. **Práticas docentes e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista em escolas do município de Alegrete, RS-2017**, 81p. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/2456> acesso em 01. maio. 2024.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Globo**; Editora Globo S.A.. -43 ed. – São Paulo: Globo, 1996.

FEZER, Gabriela Foresti *et al.* **Características perinatais de crianças com transtorno do espectro autista**. Revista Paulista de pediatria, v. 35, p. 130-135, 2017.

GONÇALVES, Bianca; et al. **Base Nacional comum Curricular**: Tudo sobre habilidades, competências e metodologias ativas na BNCC, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, dialética, 2020.

PINHO, Maria José de; SANTOS, Jocyléia Santana dos; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. O impacto das políticas na formação de professores. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SANTOS, Jocyléia Santana dos (orgs.). **Formação de professores para a Educação Básica**. Petrópolis, RJ: vozes, 2022. P.41-71

GAIATO, M. **S.o.s. Autismo** guia completo para entender o transtorno do espectro autista. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2018.

GUIMARÃES, Viviani Pereira Amanajás; MACHADO, Veruska Ribeiro. **O Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta de inclusão dos estudantes com autismo na educação profissional**. - Curitiba, Revista Caderno Pedagógico, v. 21, n. 1, p. 2072-2097. 2024

GOMES, P. T. M. *et al.* **Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação**: revisão sistemática. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 91, n. 2, p. 111-121, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jped/a/wKsNY3ngvLDcRZ5bxWCn47v/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 5 mar. 2022.

JOU, GRACIELA INCHAUSTI; SPERB TANIA MARA. **A Metacognição como Estratégia Reguladora da Aprendizagem**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em www.scielo.br/prc, Acesso em 15 ago 2025 às 21h43.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 28. Supl. 1, p. 53-111, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbHcsndB9Sf5ph5KBYGD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2021.

KITTEL, R. **O trabalho colaborativo na organização dos serviços da Educação Especial**. In: MENDES, G. M. L.; PLETSCHE, M.D; HOSTINS, R. C. L (org.) **Educação especificidades e indissociabilidades** [recurso eletrônico]. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2019, p. 180-196.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Maria Paula Dutra. **CONEXÕES ENTRE AFETO E AUTISMO: perspectivas teórico metodológicas do modelo de intervenção DIR/Floortime**. Uberlândia 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/36769/5/Conex%c3%b5esEntreAfeto.pdf> acesso em 14 junho.2024.

MEIRELES, E. **Inclusão de autistas, um direito que agora é lei**. Revista Nova Escola, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/57/legislacao-inclusao-autismo>. Acesso em: 1 mar. 2022.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 2. ed. São Paulo: Corde, 2001.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm acesso 11 fev

MORIN, Edgar, **Ciência com consciência**; tradução de Maria 8'1 ed. D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8" ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. **Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação por escrito, 2014, 5.2: 154-164.

PINTO, Rosângela de Oliveira. **Legislação Educacional**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2017, 208p.

POKER, Rosimar Bortolini. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. - São Paulo: cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

SOUZA, Katarine Lapuente. **Abordagem anticapacitista na formação de professores**: possibilidades a partir das políticas inclusivas do município de Jaguarão/RS. (no prelo).

SOUZA, Amândio; GONÇALVES, Dalila; CUNHA, Daniele. Transtorno do Espectro Autista: introdução. -, [S. l.], pág. 1-4, 2019.

TAMAHANA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. **Uma breve revisão sobre a construção do conceitos do Autismo Infantil e da Síndrome de Asperg**. Ver. Soc. Bras. Fonoaudiol. 2008; 13(3): 296-9.

ZANON, Regina Basso et al. Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo , v. 19, n. 1, p. 152-163, abr. 2017.

SANTOS, Jéssica Rodrigues. **Planejamento Educacional Individualizado: elaboração e avaliação**, Documento eletrônico - - São Carlos: EDESP -UFSCar, 2022. 32p.

VIOTO, Josiane; VITALIANO, Celia Rodrigues. **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com NEE**. *Dialógica*, São Paulo, n. 33, p. 47-59, set/dez, 2019.

Anexos

Quadro 7: Síntese das inscrições

Número da inscrição	O que você entende por inclusão?	O que você entende por currículo adaptado?	Deixe sua dúvida sobre inclusão e currículo adaptado?	Situação
1	Ter empatia e acolhimento ao modo diferente de aprender	Adaptar propostas e objetivos que se encaixe ao nível dos seus alunos de acordo com a realidade.	Muitas dúvidas.	Não cursou
2	Incluir todos, levando em conta suas dificuldades e potencialidades	Um currículo que abrange as metodologias necessárias para atender todos os alunos.	É obrigatório o currículo adaptado em todas as modalidades de ensino?	Não cursou
3	Dar oportunidades e propiciar condições de aprendizagem e socialização.	Adaptação do currículo de forma que ajude o aluno na aprendizagem de acordo com suas necessidades.	Por que é tão difícil o entendimento de como proporcionar uma aprendizagem conforme a necessidade do aluno?	Não cursou
4	Inclusão PE fazer parte é pertencer e ser agente e participe de um grupo.	Currículo adaptado é aquele que atende as especificidades do aluno.	Como fazer uma adaptação de currículo que atenda às necessidades dos alunos?	Cursou
5	Inclusão seria todos os envolvidos no processo terem os mesmos direitos e acesso a todas as propostas.	Currículo de acordo com a realidade do aluno.	Como tornar as pessoas inclusivas?	Não cursou.
6	Ser tratados	Como	Como funciona?	Não

	todos iguais.	entendimento sobre as diferenças.		cursou.
7	Incluir, acolher a todos sem diferenças, igualdade.	Adaptar o currículo escolar para as crianças que por algum “motivo” não conseguem acompanhar o currículo regular.	O que é mais importante na adaptação do currículo escolar?	Não cursou
8	Inclusão é quando conseguimos inserir o aluno atípico de forma que o mesmo se sinta acolhido e respeitado com suas diferenças e peculiaridades.	Quando trabalhamos de forma diferenciada, com atividades adaptadas a cada nível de aprendizado.	Quando é necessário adaptar o currículo para um aluno TEA?	Cursou
9	Inclusão é fazer parte, porém é necessária uma estrutura que promova equidade entre os indivíduos, não basta estar no mesmo ambiente e achar que isso por si só é inclusão.	Atividades diferenciadas para promover aprendizagem.	Como realizar inclusão sem materiais, sem recursos humanos necessários? Como fazer valer na prática diária as teorias estudadas em meio as adversidades do cotidiano escolar das escolas públicas?	Não cursou.
10	Por inclusão de fato entendo que precisamos cada vez mais debater e nos fortalecer para que ela verdadeiramente aconteça.	Algo muito necessário, nós professoras precisamos falar mais sobre currículo Adaptado para que possamos de fato	Como realizar a inclusão e o currículo Adaptado quando a mantenedora adota um Sistema de Ensino e obriga as professoras a trabalharem por uma ordem de serviço?	Cursou

		compreender e realizar.		
11	Acho que a inclusão está relacionada ao movimento que todos precisamos fazer para garantir que todos os alunos, considerando suas diferenças, tenham oportunidade de aprender e possibilidades de participar de todas as atividades desenvolvidas em aula.	Acredito que adaptação de currículo é o processo de considerar as especificidades de cada aluno, suas habilidades e dificuldades, para a construção de um plano de trabalho diferenciado às habilidades que cada aluno precisa desenvolver, organizando formas de avaliar o avanço desse aluno a partir das necessidades específicas dele.	Eu sou professora de Língua Portuguesa do segundo ciclo do EF. Tenho um aluno com deficiência intelectual que não é alfabetizado e nem oraliza, como posso me preparar para esse tipo de situação? Minha formação em Letras não me dá suporte para alfabetizar alguém, também não conheço as metodologias para trabalhar com conteúdo/competências/habilidades que são da educação infantil ou primeiro ciclo do EF.	Não cursou
12	Inclusão se dá diante de incluirmos pessoas especiais no mesmo ambiente que outras pessoas sem necessidades especiais.	Adaptar as atividades conforme a dificuldade de aprendizagem do seu aluno.	Como fazer que pessoas não aptas, sem entendimento entendam sobre o assunto o que é inclusão?	Cursou
13	Que todos participem de maneira igual dentro de suas limitações, que isso seja levado em	Aquele que não é pronto e acabado, que pode fazer modificações segundo necessidades.	No momento sem dúvidas.	Cursou

	conta e não excluídos.			
14	É incluir, garantir que todos tenham valor, respeito e as mesmas chances na sociedade.	São modificações promovidas no currículo pelo professor de forma a permitir a participação e a aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades.	Sobre se realmente o aluno está sendo incluso, o número de alunos na sala, qual adaptação curricular o aluno precisa, etc.?	Cursou
15	Proporcionar atividades para que alunos com deficiências se sintam parte da turma e consigam se desenvolver.	Currículo que atenda as necessidades do aluno em questão.	Pode-se fazer um currículo adaptado para alunos que não tenham laudo?	Não cursou.
16	Igualdade entre todos os alunos da sociedade.	São adaptações e modificações no que será desenvolvido com os alunos portadores de necessidades especiais.	Será que realmente estamos incluindo? Essa inclusão é possível com todos? Como realizar a inclusão com turmas enormes?	Não cursou.
17	Trabalho na Secretaria de Educação e já participei de várias formações, oficinas, viabilizamos várias atividades nas escolas em 2023 integrando famílias em rodas de	Uma ferramenta educacional que visa adaptar o currículo para os alunos que não conseguem acompanhar o currículo regular, pelas suas diferentes condições	Como trabalhar para que a escola seja inclusiva em sua totalidade?	Cursou

	<p>conversa. Sou da equipe do Alavancas do município de canguçu- RS pelo 2º ano e estamos construindo a Política Municipal junto ao Instituto Rodrigo Mendes. Cursando Mestrado em Educação pela Unipampa e irei participar do Columbra em Pelotas na próxima semana.</p>	<p>físicas, cognitivas e sensoriais.</p>		
18	<p>Igualdade entre as pessoas diferentes na sociedade.</p>	<p>Uma estratégia usada por profissionais para destacar habilidades, dificuldades e experiências.</p>	<p>Como trabalhar numa turma com diferentes dificuldades numa turma grande de alunos?</p>	<p>Não cursou</p>
19	<p>E colocar as pessoas que ainda se sentem excluídos da sociedade em evidência e fazer equiparação dando igualdades a todos.</p>	<p>E se adequar as necessidades dos alunos, assim oferecendo um ensino mais eficaz.</p>	<p>.....</p>	<p>Cursou</p>
20	<p>Incluir pessoas ao grupo, sociedade.</p>	<p>Planejamento modificado para atender as necessidades de cada aluno.</p>	<p>As turmas que possuem alunos com deficiência devem ter um número reduzido de alunos? Quem faz o currículo adaptado e como faz?</p>	<p>Não cursou</p>

21	Na educação entendo como a integração de alunos atípicos e típicos, com mediação das professoras com ações/metodologias adaptadas ou não durante suas atividades acadêmicas.	Quando necessitamos adequar nosso planejamento/ação pedagógica às necessidades do aluno.	Nesse momento não tenho dúvidas	Não cursou
22	Entendo por ser o ato de acrescentar ou incluir	Acredito que seja modificações feitas no currículo.	Gostaria de explicações mais elaboradas sobre currículo adaptado.	Não cursou.
23	Visa garantir que todos os cidadãos tenham o acesso à educação, respeitando suas diferenças e particularidades, eliminando barreiras que impeçam sua participação equitativa na sociedade como um todo.	Conforme a nomenclatura já diz, o currículo adaptado é uma adaptação – modificação do currículo “tradicional” a fim de que as professoras possam atender às demandas e necessidades específicas dos alunos que possuem alguma deficiência ou dificuldades de aprendizagem, garantindo o direito de que todos participem da aula.	Minha maior dúvida é como montar um currículo adaptado. Na escola onde atuo a orientação é que é elaborado a partir do PEI. Porém até hoje, segundo semestre do ano letivo, não tive acesso ao PEI das minhas alunas PCDs. Segundo orientações da supervisão escolar, quem desenvolve o PEI é o professor do AEE. E até o presente momento nada... Esse caminho é longo, e me gera diversas frustrações.	Não cursou
24	Que meu aluno possa interagir	Que eu consiga	Como eu faço o paralelo entre o currículo que	Não cursou

	e compreender de uma forma prazerosa e eficaz.	adaptar os conteúdos a serem desenvolvidos, voltado estritamente para meu aluno... de uma forma não consegue acompanhar pelo currículo atual.	desenvolvo e o que vou adaptar aos meus que necessitam?	
25	Entendo que todos tenham as mesmas oportunidades.	São mudanças e ajustes que tem que ser feito em sala.	De que maneira fazer as adaptações?	Não cursou
26	Todos construindo juntos	Tenho pouca experiência. Preciso aprender mais.	Como elaborar um currículo adaptado?	Não cursou
27	A oportunidade de todos frequentarem o mesmo ambiente escolar, independente de suas habilidades, características ou diferenças.	Uma forma de auxiliar o aluno a atingir seus objetivos escolares, tendo um olhar sobre suas necessidades de acordo com sua especificidade.	Quais as maiores dificuldades encontradas para adequar o currículo do aluno?	Não cursou.

Fonte: autora, 2025

Quadro 08: Síntese da caderneta de Metacognição

Professor 01	O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem ganhado destaque nas discussões sobre educação inclusiva, revelando a importância de capacitar os educadores para lidar com as particularidades desse transtorno a formação adequada dos professoras é essencial para que eles possam identificar, compreender e atender as necessidades específicas dos alunos com TEA.
--------------	---

	<p>Para aqueles professoras que não tiveram a oportunidade de participar da formação sobre o TEA, é importante oferecer orientações que promovam uma abordagem empática e inclusiva além disso, é importante orientar os professoras a trabalharem em colaboração com as famílias para que haja um entendimento mútuo sobre as necessidades do aluno.</p> <p>Uma sugestão e apresentar dicas sobre como personalizar atividades e avaliações, utilizando recursos visuais e abordagens multissensoriais que atendam diferentes estilos de aprendizagem essa personalização não só beneficia o aluno com TEA, mas também enriquece o processo de ensino-aprendizagem de todos os estudantes na sala de aula. E primordial incentivar a formação contínua e a troca de experiências entre os profissionais de educação, o guia pode sugerir a criação de grupos de estudo e redes de apoio onde os educadores possam compartilhar suas vivências e adquirir novos conhecimentos, para manter os professoras atualizados sobre as melhores práticas e inovações no atendimento aos alunos com TEA.</p> <p>Ao fornecer dicas práticas e sugestões para adaptar o ensino às necessidades dos alunos no espectro autista, esse guia pode não só enriquecer a prática pedagógica, mas também fortalecer o papel do educador como agente facilitador da aprendizagem.</p> <p>“Assim, ao trabalharmos em conjunto e compartilhar experiências, podemos avançar na construção de um ambiente escolar acolhedor, que respeite e valorize a diversidade presente entre os alunos.”</p>
Professor 02	Freire (2008) afirma que a inclusão é uma forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos.

O TEA está presente em nosso cotidiano, não sou eu que digo isso, são os indicadores, nós professoras não adianta querer puxar a cortina do teatro e querer esconder o espetáculo, o trabalho dos alunos com TEA é muito mais grandioso e merece a atenção e a capacitação dos docentes, não podemos simplesmente fingir que incluímos, enquanto nosso aluno está lá fazendo atividades sem contexto dentro da sala de aula e o aluno não tem contato com os colegas, é um ser a parte da sala, isso não é inclusão.

Para trabalhar com autismo, é fundamental conhecer o aluno, extrair o maior número de informações com a família do aluno, identificar as necessidades do aluno, montar um plano de atuação, adaptar quando necessário o planejamento, mas mantendo dentro do contexto escolar. Usar rotinas, recursos digitais e fotográficos ou imagens. Ficar atento a todas as situações que não são confortáveis ao aluno ou que causam uma desorganização emocional e assim evitar, se houver necessidade trabalhar com a previsibilidade dos acontecimentos futuros.

Aos profissionais que não participaram da formação, considerem-se como aqueles que perderam uma grande oportunidade de estar debatendo e aprendendo sobre um tema tão atual, indicaria livros em PDF sobre o tema autismo: Linguagem escrita e a criança com autismo, Autistas e os espaços escolares adaptados, Autismo na escola, Estímulos para autistas, Autismo e professoras e Educação Inclusiva na Escola – Autismo. O Cérebro Autista, Autismo Educação e Transdisciplinaridade, Autismo e Educação. Acesso ao site: Universo Autista que dispõem de Material de apoio pedagógico para autismo, incluindo e-books, atividades, jogos pedagógicos, entre outros.

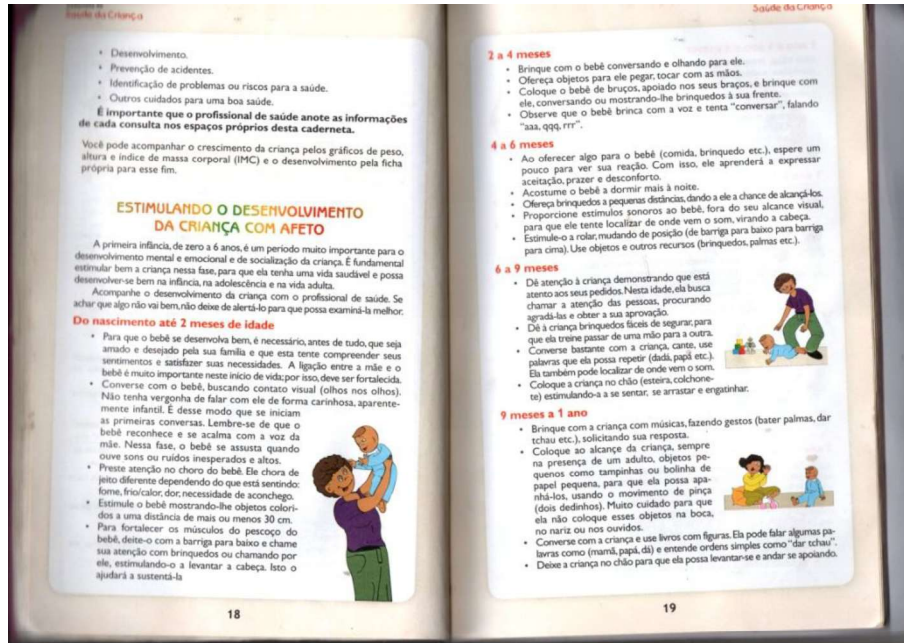
Professoras devem se inscrever e buscarem cursos de

	aperfeiçoamento que tratem do tema autismo, já que perderam a oportunidade desses encontros síncronos.
Professor 03	<p>Como foi dito pela Professora Flávia Burdzinski se a inclusão fosse respeitada como está descrito na constituição, hoje não seria necessários tais debates sobre inclusão. Porém, infelizmente temos ainda muito a aprender e a colocar em prática a inclusão e mais ainda sobre como adaptar o currículo para assim atender todas as demandas que nos são solicitadas na prática do dia a dia. Com isso é muito importante que não só as professoras, mas a gestão escolar participe das formações continuadas, pois nós como educadores não temos como abraçar a causa sozinhos. Acredito que quando a inclusão é trabalhada com toda a escola incluída, fica muito mais leve e mais “fácil” atingir o objetivo que é o ensino dos nossos alunos.</p> <p>Os educadores devem estar em constante aprendizagem, e isso se faz através as formações, pois é através delas que aprendemos tanto com os palestrantes quanto com os colegas que estão na prática e muitas vezes vivendo o mesmo que nós, e assim há a troca de ideias, vivências e sugestões de como podemos trabalhar em determinados momentos.</p> <p>Acredito que quando trabalhamos em conjunto e compartilhamos nossas vivencias, enriquecemos nosso currículo e aprendemos mais um pouquinho para assim construirmos um ambiente escolar acolhedor com uma inclusão de fato inclusiva.</p>
Professor 04	<p>Acredito que é fundamental que as professoras estejam dispostas a enfrentar o desafio de buscar as melhores estratégias e metodologias para atender os alunos. O processo de escolarização é direto de todas as crianças independente de sua condição. Elaborar um guia didático</p>

	<p>pode ser uma ferramenta importante para auxílio ao professor.</p> <p>Minha sugestão é que esse guia didático contenha modelos de entrevista, modelos de encaminhamento, modelos de relatórios de atendimento, modelos de planos de ensino individual, modelos de plano de desenvolvimento individual, modelos de parecer descritivo do aluno. Também a construção de materiais e recursos para utilização com os alunos.</p>
Professor 05	<p>A qualificação profissional de todos que integram o ambiente educacional é fundamental para que a inclusão aconteça.</p> <p>Precisamos falar mais sobre inclusão, compartilhar saberes e buscar nas políticas públicas estratégias para atender as demandas locais, regionais e outras que possibilite a melhoria no atendimento educacional. A rede de profissionais e setores da Assistência Social, Saúde e outros profissionais auxiliam os alunos, professoras e familiares respeitando os limites de cada um e suas diferenças.</p>

Fonte: Autora, 2025.

Caderneta de vacinação:





Produto Pedagógico: a inclusão como direito



Plano Municipal de Educação Especial



Mestranda: Luciana Nobre Nunes
Orientador: Jefferson Marçal da Rocha

Justificativa

Diante do expressivo aumento no número de casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dados da Faders - instituição vinculada à Secretaria de Assistência Social (SAS) e responsável pela gestão da política pública voltada às Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades - apontam a existência de 9.503 autistas no Rio Grande do Sul, sendo 8.523 com menos de 18 anos. No município de Jaguarão/RS, há atualmente 96 alunos com deficiência (PCDs) matriculados na rede regular de ensino, todos atendidos por salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Destes, 80 são autistas, mas apenas 13 estão cadastrados no sistema estadual e utilizam a carteira de identificação do RS.



Objetivo

Nortear as ações do município em prol da educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (incluindo TÊA), altas habilidades/superdotação, em todas as etapas e modalidades da educação básica.



A proposta está alinhada com:

Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

-Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014)



Princípios Norteadores

- Respeito à diversidade humana e ao direito à educação.
- Garantia do atendimento educacional especializado (AEE).
- Promoção da acessibilidade física, comunicacional, curricular e pedagógica.
- Valorização da formação docente contínua.
- Articulação com as áreas da saúde, assistência social e direitos humanos.



Objetivos Gerais

- Implementar e fortalecer políticas públicas que promovam a inclusão escolar.
- Garantir formação adequada aos profissionais da educação.
- Ampliar e qualificar o atendimento educacional especializado.
- Assegurar recursos e estratégias para a eliminação de barreiras à aprendizagem. Incentivar a participação da comunidade e das famílias.



Diretrizes

- Inclusão de todos os alunos, independentemente do tipo e grau de deficiência, nas escolas comuns da rede pública.
- Oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar e/ou suplementar à escolarização.
- Criação de salas de recursos multifuncionais.
- Implementação de protocolos de avaliação funcional e pedagógica.
- Promoção de formações continuadas específicas sobre deficiência, autismo, transtornos de aprendizagem e altas habilidades.



Eixos de Ação

EIXO 1: Formação Continuada de Profissionais

- Oferecer capacitações semestrais para professores, gestores e demais servidores.
- Incentivar cursos sobre práticas inclusivas, TEA, comunicação alternativa, etc.

EIXO 2: Infraestrutura e Acessibilidade

- Adequar prédios escolares com rampas, banheiros acessíveis e sinalizações.
- Garantir transporte escolar adaptado.
- Disponibilizar tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis.

EIXO 3: Atendimento Educacional Especializado (AEE)

- Ampliar o número de salas de AEE no município.
- Contratar professores especializados.
- Garantir o uso de recursos como PECS, Libras, Braille, entre outros.





EIXO 4: Gestão e Monitoramento

- Criar uma Comissão Municipal de Educação Inclusiva.
- Monitorar e avaliar o desempenho e a permanência dos alunos público-alvo da educação especial.
- Produzir relatórios anuais com dados quantitativos e qualitativos.

EIXO 5: Participação da Comunidade e Família

- Realizar encontros com familiares e eventos de conscientização.
- Incentivar o diálogo entre escola, família e serviços de saúde.

6. Metas (Exemplos):

- 1 Garantir ao menos uma sala de AEE por escola-polo municipal Até 2027
- 2 Capacitar 100% dos professores da rede sobre práticas inclusivas Até 2026
- 3 Universalizar o transporte adaptado para alunos com mobilidade reduzida Até 2028
- 4 Criar protocolo de identificação precoce de alunos com TEA Até 2025
- 5 Garantir o currículo adaptado ou DUA a todos estudantes Até 2026



Orçamento e Recursos

- Financiamento com recursos do FUNDEB, FNDE e parcerias com programas estaduais e federais.
- Captação de verbas via programas como PDDE Inclusão e PAR.



Avaliação e Revisão

O plano será avaliado a cada 2 anos, com revisão das metas, indicadores e ações, com base em relatórios escolares, audiências públicas e participação popular.



Considerações Finais

Este plano representa o compromisso do município com a educação de qualidade para todos, reconhecendo que a verdadeira inclusão escolar vai além do acesso: é garantir que cada aluno aprenda, conviva e se desenvolva plenamente, respeitando sua singularidade.




**Programa de Pós-Graduação
em Educação (PPGEdu)**

À Secretária de Educação do município de Jaguarão

Ao cumprimentá-los venho por intermédio deste solicitar acesso as seguintes informações:

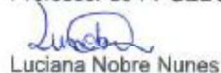
- acesso a documentos relacionados aos cursos de formação de professores que o município realizou e /ou vem realizando sobre Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- relação de escolas de Educação Infantil, quantidade de alunos, professores entre outros;
- análise documental da Escola Municipal de Educação Infantil casa da criança;

Saliento que estas informações servirão como dados científicos de investigação para minha pesquisa de mestrado, que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa (PPGEdu-Unipampa), sob orientação do professor Dr. Jefferson Marçal da Rocha, e que tem como objeto de análise a Base Nacional Comum Curricular relacionando-a à formação de professores no município.

Desde já agradecemos a atenção



Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Professor Titular - UFRGS
Professor do PPGEdu - Unipampa



Luciana Nobre Nunes
Aluna do PPGEdu - Unipampa

ESCOLA	Nº PROFESSORES	Nº ALUNOS	Nº FUNCIONÁRIOS (zeladores, manipuladores de alimentos, monitores de Educação Especial, recreacionistas, estagiários e rondas)	FUNDAÇÃO
Casa da Criança	13	112	15	11/11/1974
Cebolinha	6	46	5	07/07/1998
Eloiza Timm	12	137	16	21/10/2022
Pato Donald	4	28	4	25/04/1985
Pedacinho do Céu	3	28	4	26/05/1982
Silvinha	21	103	7	25/11/2015
Verdina Rafto	8	31	4	11/05/2007

7 escolas

total de
199

485 alunos

As escolas de Ensino Fundamental, sendo 2 escolas do campo.

Escola de Ensino Básico Jovens e Adultos (medicador/tecnólogo em agropecuária)

2.242 alunos matriculados em agropecuária
Sistema FADUAM e outros.

As escolas de Educação Infantil, Educação

1 escola em Educação Infantil e Educação Infantil

Permitidos desde: Manipulação, higienização, Colégio de vel, 1984

Responsável:

Sandra Martins.

LISTA DE ALUNOS ANOS INICIAIS 2024

ESCOLA	PROFESSOR	TURMA	NÚMERO DE ALUNOS
Escola Municipal Marechal Castelo Branco	Nandjara Novo Castro	1º A	15
	Milena Rocha	1º B	15
	Nestor Billafan	2º U	18
Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceni Soares Dias	Érica Machado Leopoldo	1º ano	20
	Márcia Medeiros Soares	2º ano	13
Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani	Ana Rita Vergara Machado	1º A	16
	Viviane Soares Silva das Neves	1º B	11
	Sandra Cristina Nagel	2º A	13
	Denise	2º B	14
Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcílio Dias	Leonise Santos da Silva	1º U	21
	Thuanne Souza Jahnke	2º A	12
	(Aguardando nomeação)	2º B	13
Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro	Maria Helena Teixeira	1º	11
	Maria Helena Teixeira	2º	08
Escola Municipal Fernando Corrêa Ribas	Elisangela da silva Soares Pereira	1º	11
	Vera Lucia Resem Froehlich	2º	14
Escola unicipal de Ensino Fundamental Manoel Pereira Vargas	Márcia	1ºA	16
	Lucia	1º B	18
	Patrícia	2º A	21
Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr João Azevedo	Lisonete Pinheiro Silveira Acosta	1º	6
	Lisonete Pinheiro Silveira Acosta	2º	2

3P.

2P.

4P.

3P.

2P.

2P.

3P.

2P.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Barão do Rio Branco	Miriam Ávila	1º	4
		2º	1

Total de Prof = 22
 Municipais = 9 escolas
 Total de alunos = 293 alunos. (grupos iniciais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
Estado do Rio Grande do Sul
Praça do Desembarque, 24 – CEP 96300-000
Fone/Fax: (53) 3261-2003
E-mail: sec.edu2009@yahoo.com.br / super.sme.jaguarao@hotmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

titulada como: A Educação Infantil e o DOM na prática, na qual visava apresentar através de atividades de prática pedagógica exemplos de como inserir o DOM nas práxis pedagógicas.

Até o presente momento estes foram os encontros ofertados em relação a Base Nacional Comum Curricular. Nos colocamos a disposição para a contribuição no trabalho.

Atenciosamente,

Cricia Rogéria de Souza Martins
Secretária Municipal de Educação e Desporto
Portaria nº 1639 de 14/11/2022



**Programa de Pós-Graduação
em Educação (PPGEdu)**

À Secretaria Municipal de Educação (SMED)

Ao cumprimentá-los venho por intermédio deste solicitar acesso às informações:

- Quantidade de alunos Autistas matriculados na rede municipal de Jaguarão; *800*
- Acesso a documentos relacionados aos cursos de formação de professores que o município realizou sobre o tema da inclusão em específico autismo;
- Acesso a documentos relacionados aos cursos de formação/capacitação oferecidos aos monitores de crianças com necessidades especiais.

Saliento que estas informações servirão como dados científicos de investigação para minha pesquisa de mestrado, que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa (PPGEdu-Unipampa), sob orientação do professor Dr. Jefferson Marçal da Rocha, e que tem como objeto de análise a Base Nacional Comum Curricular e a inclusão de alunos autistas, relacionando-a à formação de professores no município.

Desde já agradecemos a atenção
S.M
P.D.

Jefferson Rocha

Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Professor Titular – UFRGS
Professor do PPGEdu - Unipampa

Luciana Nobre Nunes

Luciana Nobre Nunes
Aluna do PPGEdu-Unipampa

Marcia Silvano Peres Rodrigues
Assessora Escolar
Portaria n.º 658/2017
Recebido
13/04/2017

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS INCLUSIVAS E A ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO ADAPTADO PARA ALUNOS TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO/RS

Pesquisadores responsáveis:

Mestranda: Luciana Nobre Nunes

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Contatos dos responsáveis

Telefone celular do pesquisador para contato: (53) 99705-1879

Email: luciananobre.aluno@unipampa.edu.br

Telefone do Orientador: 55 -991481585

Email: jeffersonrocha@unipampa.edu.br

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, da pesquisa que tem como objetivo dialogar juntamente com o grupo de professores desta instituição de ensino: Escola EMEI Eloísa Timm, com o propósito de compreender, se suas práticas pedagógicas se aproximam do contexto inclusivo; visando refletirmos juntos sobre as adaptações curriculares para alunos TEA.

Este projeto justifica-se a partir do aumento significativo de casos de autismo, que segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC) foram identificados 1 em cada 36 crianças portadoras de TEA no ano de 2020, segundo estudo da Faders - instituição vinculada à Secretaria de Assistência Social (SAS) – é a expedidora, como órgão gestor da política pública para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades, existe hoje um total de 9.503 autistas no Rio Grande do Sul, sendo destes 8.523 menores de 18 anos . Atualmente no município de Jaguarão/ RS encontram-se 96 alunos PCDs matriculados na rede regular de ensino fazendo uso de sala de AEE, sendo destes 80 autistas, e apenas 13 cadastrados no sistema do RS, fazendo uso da carteira de identificação.

Este documento esclarece que a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

A metodologia utilizada está baseada no método interventivo de pesquisa, e prevê sua participação em ações de formação continuada docente, questionários, caderneta de Metacognição e avaliação a cada encontro, que se realizarão conforme o calendário de reuniões pedagógicas da instituição de ensino. Estas formações serão observadas por um dos pesquisadores, e seus registros serão feitos ao longo do processo. A cada final de encontro, será realizada escrita de cartas destinadas aos seus pares de livre escolha pelos participantes da pesquisa. As informações serão utilizadas exclusivamente como material de análise para a dissertação de mestrado de minha autoria.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável e serão utilizados apenas para as análises da investigação. As informações resultantes do estudo só poderão ser divulgadas em publicações científicas. Asseguramos que as conclusões da pesquisa poderão ser apresentadas para seus participantes, após a sua conclusão.

Iracema Barbosa Pinheiro

Liziane Silveira Sampaio Rodrigues

Dagoberto Pinto Afonso

Joseane M dos Santos Martins

Joseane Miranda dos Santos Martins

Amanda Araujo Maciel

Cheila da Silva Corrêa

Sueli Adam Rosa Quevedo

Samara Barboza Rosa

Luciana Nobre Nunes - Mestranda

Jaguarão, 19 de Agosto de 2024.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS INCLUSIVAS E A ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO ADAPTADO PARA ALUNOS TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO/RS

Pesquisadores responsáveis:

Mestranda: Luciana Nobre Nunes

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Contatos dos responsáveis

Telefone celular do pesquisador para contato: (53) 99705-1879

Email: luciananobre.aluno@unipampa.edu.br

Telefone do Orientador: 55 -991481585

Email: jeffersonrocha@unipampa.edu.br

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, da pesquisa que tem como objetivo dialogar juntamente com o grupo de professores desta instituição de ensino: Escola EMEI Eloísa Timm, com o propósito de compreender, se suas práticas pedagógicas se aproximam do contexto inclusivo; visando refletirmos juntos sobre as adaptações curriculares para alunos TEA.

Este projeto justifica-se a partir do aumento significativo de casos de autismo, que segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC) foram identificados 1 em cada 36 crianças portadoras de TEA no ano de 2020, segundo estudo da Faders - instituição vinculada à Secretaria de Assistência Social (SAS) – é a expedidora, como órgão gestor da política pública para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades, existe hoje um total de 9.503 autistas no Rio Grande do Sul, sendo destes 8.523 menores de 18 anos . Atualmente no município de Jaguarão/ RS encontram-se 96 alunos PCDs matriculados na rede regular de ensino fazendo uso de sala de AEE, sendo destes 80 autistas, e apenas 13 cadastrados no sistema do RS, fazendo uso da carteira de identificação.


Este documento esclarece que a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.


A metodologia utilizada está baseada no método interventivo de pesquisa, e prevê sua participação em ações de formação continuada docente, questionários, caderneta de Metacognição e avaliação a cada encontro, que se realizarão conforme o calendário de reuniões pedagógicas da instituição de ensino. Estas formações serão observadas por um dos pesquisadores, e seus registros serão feitos ao longo do processo. A cada final de encontro, será realizada escrita de cartas destinadas aos seus pares de livre escolha pelos participantes da pesquisa. As informações serão utilizadas exclusivamente como material de análise para a dissertação de mestrado de minha autoria.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.


Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável e serão utilizados apenas para as análises da investigação. As informações resultantes do estudo só poderão ser divulgadas em publicações científicas. Asseguramos que as conclusões da pesquisa poderão ser apresentadas para seus participantes, após a sua conclusão.

Documento assinado digitalmente
 IRACEMA BARBOSA PINHEIRO
Data: 21/01/2025 12:25:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Iracema Barbosa Pinheiro

Documento assinado digitalmente
 LIZIANE SILVEIRA SAMPAIO RODRIGUES
Data: 05/02/2025 20:02:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Liziane Silveira Sampaio Rodrigues


Documento assinado digitalmente
 DAGOBERTO PINTO AFONSO
Data: 05/02/2025 16:06:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dagoberto Pinto Afonso

Joseane Miranda dos Santos Martins

Amanda Araujo Maciel

Cheila da Silva Corrêa
Documento assinado digitalmente
 SUELI ADAM ROSA QUEVEDO
Data: 05/02/2025 21:26:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 SAMARA BARBOZA ROSA
Data: 05/02/2025 22:44:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Samara Barboza Rosa
Documento assinado digitalmente
 LUCIANA NOBRE NUNES
Data: 20/08/2025 18:59:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana Nobre Nunes - Mestranda

Jaguarão, 19 de Agosto de 2024.